ISSN 2359-053x

ANO 5 - NÚMERO 57 - JULHO 2019

Xapuri SOCIOAMBIENTAL

R$ 15

OLHAI AS MULHERES DO CAMPO

p. 08

MULHERES DO CAMPO
O querer das Margaridas

p. 16

CONSCIÊNCIA NEGRA
Julho das Pretas: mulheres negras movem a Terra

p. 26

MITOS E LENDAS
Francisca Geraizeira

p. 35

Não tem sentido

ENFRAQUECER&
FATIAR&
REDUZIR&
PRIVATIZAR
A CAIXA

Privatizar as loterias é prejudicar milhões de brasileiros

As Loterias Caixa transferem para programas sociais 47,3% do que arrecadam com as apostas. No ano passado, cerca de R$ 6,5 bilhões das Loterias foram repassados para programas nas áreas de cultura, educação, esporte, segurança pública, saúde e seguridade social.

> **É minha lei, é minha questão.**
> **Virar este mundo, cravar este chão.**
>
> Chico Buarque & Rui Guerra

COLABORADORES/AS - JULHO

Altair Sales Barbosa – Arqueólogo. **Altino Machado** - Fotógrafo. **Bia de Lima** – Professora. **Clodomir Santos de Morais** – Antropólogo Cultural (*in memoriam*). **Eduardo Pereira** – Sociólogo. **Elson Martins** – Jornalista. **Emir Sader** – Sociólogo. **Felício Pontes Jr.** – Procurador da República. **Flávia Quirino** – Jornalista. **Gui Gomes** - Fotógrafo. **Iêda Leal** – Professora. **Iêda Vilas-Bôas** – Escritora. **Jaime Sautchuk** – Jornalista. **Janaina Faustino** – Gestora Ambiental. **Joseph Weiss** – Economista. **Leonardo Boff** – Eco-Teólogo. **Lúcia Resende** – Professora. **Luiz Fernandes** - Fotógrafo. **Marcus Vinicius** – Jornalista. **Maria Aparecida Hamu Opa** – Professora (*in memoriam*). **Matheus Nachtergaele** – Ator. **Méle Dorneles** – Fotógrafa. **Rafael Fernandes** - Fotógrafo **Zezé Weiss** – Jornalista.

CONSELHO EDITORIAL

1. Jaime Sautchuk – Jornalista
2. Zezé Weiss – Jornalista
3. Altair Sales Barbosa – Arqueólogo
4. Ângela Mendes – Ambientalista
5. Antenor Pinheiro – Jornalista
6. Elson Martins – Jornalista
7. Emir Sader – Sociólogo
8. Graça Fleury – Educadora
9. Jacy Afonso – Sindicalista
10. Jair Pedro Ferreira – Sindicalista
11. Iêda Vilas-Bôas – Escritora
12. Trajano Jardim – Jornalista

EXPEDIENTE

Xapuri Socioambiental: Telefone: (61) 99967 7943. E-mail: contato@xapuri.info. Razão Social: Xapuri Socioambiental Comunicação e Projetos Ltda. CNPJ: 10.417.786\0001-09. Endereço: BR 020 KM 09 – Setor Village – Caixa Postal 59 – CEP: 73.801-970 – Formosa, Goiás. Edição: Zezé Weiss, Jaime Sautchuk (61) 9 8135 6822. Revisão: Lúcia Resende. Produção: Zezé Weiss. Jornalista Responsável: Thais Maria Pires - 386/ GO. Marketing e Responsabilidade Social: Janaina Faustino (61) 9 9611 6826. Mídias Sociais: Eduardo Pereira. Tiragem: 5.000 exemplares. Circulação: Revista Impressa - Todos os estados da Federação. Revista Web: www.xapuri. info. Distribuição – Revista Impressa: Todos os estados da Federação. ISSN 2359-053x.

Olhai as mulheres do campo. Esse é o tema da reportagem de Capa desta edição número 57 da sua Xapuri.

Pra você, preparamos uma revista inteira dedicada a reconhecer a luta, o trabalho e a capacidade de resistência da mulher trabalhadora rural que, assim como a mulher operária nas cidades, é quem mais sofre diante das regras do chamado mercado.

São elas que, no fim das contas, enfrentam mais de perto as normas do Sistema Capitalista, que regem um jogo desigual, cujos valores são massacrantes e individuais. Falamos um pouco disso, do muito sofrer das mulheres do campo, nesta edição 57.

Mas a história que contamos é, sobretudo, uma história de resistência, das bravas artesãs do barro no Vale do Jequitinhonha, fazemos um mergulho histórico no tempo para recordar e celebrar mulheres como Dandara dos Palmares, Maria Rita de Canudos, Maria Rosa, da Guerra do Contestado, e muitas outras.

Celebramos as conquistas das Mulheres do MST e, somando o esforço de todas elas, a garra, a renitência e o colorido das Margaridas que, a caminho da 6ª Marcha Nacional, seguem nos mobilizando com esperança e alegria.

Margaridas que, mesmo tendo que enfrentar cotidianamente uma realidade dura, fazem da Marcha das Margaridas seu mais forte refrão para nos fazer crer que, apesar dos pesares, a luta vale a pena, porque um outro e melhor mundo pode, ainda, ser possível.

Mas não é só isso. Como de costume, pois, a revista vem repleta de bons assuntos, sempre com textos bem elaborados e bem ilustrados, com força e vigor.

Vale a pena conferir.

Boa leitura!

Zezé Weiss e Jaime Sautchuk

Editores

Mensagens pra Xapuri

contato@xapuri.info

A Xapuri de junho foi a mais linda de todas!
Imagens belíssimas e matérias estimulantes. Parabéns!
Cristiana Pereira – Brasília, DF.

Não conheço nenhuma outra revista que produza o conteúdo que a Xapuri produz.
Vida longa à Xapuri!
Márcia Rangel – Belo Horizonte, MG.

Estou adorando as estampas da loja Xapuri. É muito legal o conceito de loja solidária em que cada venda gera uma contribuição para causas sociais.
Francisco Melo – São Paulo, SP.

As imagens mais populares da @revistaxapuri

Imagem do mês

@lau_actis
2.625 curtidas

Marque suas melhores fotos do Instagram com a hashtag

#revistaxapuri

Sua foto pode aparecer AQUI!

Xapuri SOCIOAMBIENTAL 57 JUL 19

08 CAPA
Olhai as mulheres do campo

26 CONSCIÊNCIA NEGRA
Julho das Pretas: mulheres negras movem a Terra

20 AMAZÔNIA
Mineração em terras indígenas

40 MEMÓRIA
Dom Moacir Grechi

22 BIODIVERSIDADE
Onça-pintada: espécie vulnerável em risco de extinção

44 SUSTENTABILIDADE
O respeito é tudo

Xapuri – Palavra herdada do extinto povo indígena Chapurys, que habitou as terras banhadas pelo Rio Acre, na região onde hoje se encontra o município acreano de Xapuri. Significa: "Rio antes", ou o que vem antes, o princípio das coisas.

Boas-Vindas!

16 MULHERES DO CAMPO
O querer das Margaridas

19 MULHERES DO CAMPO
Margarida Maria Alves
Presente!

23 ECOTURISMO
O País de Gales

24 MULHERES DO CAMPO
Raimunda, a quebradeira
Uma saudade

25 GASTRONOMIA
Jiquitaia: o molho de pimenta do povo Baniwa

28 HOMENAGEM
O cavalo do Grilo

29 MULHERES DO CAMPO
Elizabeth Teixeira
Resistente da luta camponesa

30 CONJUNTURA
O Brasil não vive sem democracia

32 MULHERES DO CAMPO
A Rosa imperecível

33 LITERATURA
A tradição dos Orixás: valores civilizatórios afrocentrados

35 MITOS E LENDAS
Francisca Geraizeira

38 MEIO AMBIENTE
Vida ou morte: o destino da Chapada dos Veadeiros

41 MULHERES DO CAMPO
Valdiza Alencar
A mulher do Sindicato

48 UNIVERSO FEMININO
Juana Azurduy:
Mariscal, Generala, Tenente-Coronela, Flor do alto Peru

OLHAI AS MULHERES DO CAMPO

Jaime Sautchuk

O Vale do Jequitinhonha, na fronteira de Minas Gerais com a Bahia, é apontado como a região mais pobre do Brasil, economicamente falando. Do ponto de vista do desenvolvimento humano, histórico e cultural, no entanto, é uma parte do País que se sobressai, por sua riqueza nas artes plásticas, na música e no artesanato, que ganha vida nas peças de cerâmica.

Hoje, as famosas bonecas de barro do Vale do Jequitinhonha encontram-se espalhadas por centros culturais, museus, feiras e lojas de arte popular do mundo inteiro. O que nasceu da necessidade das mulheres, que tinham que "se virar" enquanto os esposos buscavam trabalho fora da região, tornou-se lucrativa fonte de ocupação e renda.

Para homenagear as artesãs do Vale, o artista plástico Wederson Moraes, de 43 anos, nascido na região, pintou a fachada de perto de cem casas no lugarejo de Pasmadinho, um distrito de Itinga, cidade do lado mineiro do Jequitinhonha.

Tendo as mulheres da região por parceiras no projeto, que ele banca do próprio bolso, utilizando tintas extraídas da natureza regional, com temática bastante simples, mas com desenhos bastante vivos, alegres, bem coloridos, Wederson desenha os cenários sob autorização das donas das casas e chama os moradores pra ajudar na pintura, que muda o visual das moradias e transforma radicalmente o ambiente da comunidade.

A interferência do artista acontece, contudo, com destaque às mulheres, que debatem o tema de cada moradia e participam do processo de transformação, valorizando um conhecimento que atravessa gerações, transmitido de mãe pra filha e, em tempos mais recentes, também para os filhos.

Esse é apenas um exemplo de atuação das mulheres dos sertões brasileiros, de Norte a Sul, de Leste a Oeste. Elas marcam presença no cultivo de lavouras, na criação de animais, nas partes culturais e nas atividades religiosas da vida nas comunidades.

Elas estão presentes também na história da longa jornada de suas próprias lutas pela igualdade de direitos e na luta coletiva dos movimentos populares pela Reforma Agrária e por melhores condições de vida no campo brasileiro.

UMA HISTÓRIA DE LUTAS

É certo que o processo de Reforma Agrária, que sempre andou com dificuldades, está em retrocesso. Mas, mesmo em tempos, digamos, normais, a mulher do campo sempre enfrentou dificuldades no exercício da sua profissão. A começar pelo valor da remuneração, inferior ao dos homens. Situação que se agrava quando o País entra em marcha a ré, como no momento atual.

Mesmo em plena 4ª Revolução Industrial, a da era virtual, a divisão do trabalho e dos salários, no País, é desigual e injusta, com as mulheres em desvantagem, mesmo levando-se em conta a evolução ocorrida nas últimas décadas, em favor da mulher, com conquistas nos direitos e condições de vida, de participação política e de trabalho.

Houve, porém, alterações substanciais nos últimos tempos, após o golpe que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, em 2016, institucionalizadas com as eleições de 2018. E com tendência a piorar ainda mais, segundo as medidas já anunciadas pelo atual governo federal, com mudanças especialmente na política salarial.

A história mostra, entretanto, que, se as conquistas femininas avançam lentamente, ou mesmo retrocedem, como agora, esse processo não pode ser atribuído à ausência das mulheres nas frentes de luta porque, na verdade, elas nunca se omitiram. Exemplo disso é a participação feminina em três das grandes guerras populares acontecidas no Brasil: Palmares, Canudos e Contestado.

PALMARES

Os quilombos como espaços de resistência já existiam na África. Aqualtune, princesa do Congo escravizada no Brasil, exerceu papel de liderança em Palmares, o maior quilombo brasileiro, que chegou a contar com mais de 20 mil habitantes, na Serra da Barriga, na Capitania de Pernambuco, hoje Alagoas.

Palmares resistiu ao ataque dos portugueses e holandeses desde o seu surgimento no final do século XVI, até o massacre do ano de 1694, seguido do assassinato de seu líder em 1695. E há relatos de resistências isoladas nos anos seguintes.

Dandara, a companheira de Zumbi, foi liderança importante na resistência de Palmares. Além de plantar, caçar, trabalhar – junto com todos – na produção da farinha de mandioca e de lutar capoeira, Dandara era a grande líder das falanges femininas no exército de Palmares.

CANUDOS

Entre 1893 e 1897, o Exército Brasileiro, a serviço do lati-

Foto: Dandara/O Globo

fúndio, atacou Canudos, uma comunidade sócio-religiosa, autossuficiente e libertária, liderada por Antônio Conselheiro no sertão da Bahia.

Até o completo massacre da comunidade pelas tropas federais, em 5 de outubro de 1897, as mulheres, tanto as casadas quanto as solteiras, que ali tinham os mesmos direitos, participaram heroicamente da Guerra de Canudos.

Lembrada por sua bravura durante toda a guerra, Maria Rita, a "Virgem das Caatingas", uma jovem de apenas 18 anos, tornou-se lendária por sua participação na chamada "Batalha dos Tabuleirinhos", nos momentos finais de Canudos, onde morreu em combate.

"Todos respeitavam aquela mulher de largas cadeiras, apesar de magra e ágil, de olhos amendoados e maçãs salientes... Cabelos caídos nas costas, atados por uma fita, queimada de sol e que sempre se encontrava nas posições mais perigosas," relata Edmundo Moniz, em *Canudos: a Luta pela Terra* (1981).

CONTESTADO

A Guerra do Contestado (1912-1916), em Santa Catarina, é considerada o maior conflito armado pela posse da terra já ocorrido no Brasil. O sangrento e prolongado embate, com milhares de mortos, exigiu várias campanhas pesadas do Exército, que pela primeira vez usou avião e metralhadora.

As razões da guerra, em verdade, foram socioeconômicas. Uma latente tensão social já existia ali por causa do coronelismo, mas foi a construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande que a fez eclodir. O governo federal entregou a obra ao magnata ianque Percifal Farquhar, dono da *Brazilian Railway Company*, que já havia construído a Madeira-Mamoré, no Mato Grosso.

Foram dados à empresa 30 km de terras, em linha reta, às margens da ferrovia, para exploração de madeira e o que bem entendesse, mas aquelas terras já eram habitadas. Andava por lá um monge, de nome José Maria, que pregava o fim do mundo e a ressurreição, atraindo muitos fiéis.

Em torno dele surgiu o conflito, mas ele morreu logo nos primeiros embates armados, ficando a adolescente Maria Rosa como liderança da seita. Aos 15 anos, em meio a orações, entrava em transe e descrevia cenas das batalhas, segundo ela recebidas de José Maria. Contudo, a moça era guiada por um conselho militar, que incluía seu pai, e repassava comandos como se tivessem sido visões.

A luta ganhou vulto por anos a fio e só parou com a rescisão do contrato da ferrovia e o loteamento das terras que haviam sido entregues à empresa construtora, distribuídas a pequenos produtores, gerando como resultado uma reforma agrária na região.

MULHERES AGRICULTORAS

Em verdade, foi após a 2ª Grande Guerra, na segunda metade do século passado, que ocorreu no mundo inteiro a reordenação na forma de mobilização da força de trabalho e inovação tecnológica. As mulheres deixaram de ser esposas de agricultores e passaram à condição de agricultoras.

Primeiro, na França e Canadá, com ações e legislações específicas sobre esse tema. Depois, aos poucos, essa reordenação foi ganhando o resto do mundo, se adaptando às culturas de cada país. Aqui, deram-se em primeiro lugar alterações na forma de produção familiar, com ampliação do

Foto: Divulgação

mercado de trabalho sazonal, redefinindo-se os papéis sexuais e gerenciais.

Os processos foram lentos e trabalhosos, deixando claro que se trata de medidas que vão bem além da criação de leis e entidades. No caso da França, só em 1980 foi sancionada a Lei de Orientação Agrícola, que coloca a mulher na condição de coprodutora. No mesmo ano, surgiu no Canadá a Associação das Mulheres Colaboradoras.

Nos dois casos, essas medidas se mostraram ineficazes na aproximação dos gêneros na rearrumação da força de trabalho. Durante muito tempo, as mulheres só adquiriram autonomia de verdade quando conseguiam trabalhar pra terceiros, como assalariadas em outra propriedade que não fosse a da família. Ou quando assumiram a condição de proprietárias rurais, como fruto da formação educacional – hoje, perto da metade das propriedades rurais do Canadá são de mulheres.

Se é possível falar em diferenças entre as mulheres das cidades e as do campo, graças à natureza específica da realidade rural, nestes casos as mulheres também vivem situações diferentes. É claro que a mesma lógica, os mesmos valores, as mesmas normas que orientam a sociedade em geral, orientam também a vida no campo.

Mas no campo esses elementos se expressam sobre uma realidade material concreta específica, trazendo implicações diferentes para a vida das pessoas. Diferenças que não se dão pela desigualdade formal de direitos e deveres, mas pela desigualdade de classes.

Para se compreender essa questão, é necessário traçar um quadro da realidade rural, onde se identificam diferentes situações nas quais se inserem as mulheres. O pano de fundo para se definir esse quadro é a estrutura de distribuição da terra – o meio fundamental de reprodução da vida no campo.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA

No Brasil, a estrutura fundiária mostra, de um lado, alto grau de concentração da propriedade e, do outro, um processo de minifundização, significando que a maioria das terras se concentra nas mãos de poucos, enquanto pequena parte delas se divide em grande número de ínfimas parcelas, das quais os trabalhadores e as trabalhadoras têm a propriedade formal ou a simples posse.

Esse perfil de distribuição fundiária, expressando a desigualdade no acesso à terra, está na base da diferenciação dos trabalhadores e define diferentes condições de vida das mulheres.

A hierarquia de valoração do trabalho segue os padrões culturais locais. Em primeiro lugar, a trabalhadora urbana de profissões modernas, até chegar à agropecuária, com último lugar reservado à agricultora negra, levando-se em conta mudanças na legislação e o esforço da própria mulher na busca de melhores condições de vida.

Essas situações estruturais definem as condições objetivas das mulheres rurais e apontam a perspectivas de vida e a problemas diferentes. As mulheres da categoria dos grandes proprietários (em número reduzido), com acesso a todos os benefícios sociais e culturais, se situam em posição privilegiada em relação às outras, nas comunidades rurais.

O mundo dessas mulheres está dividido: o mundo do trabalho para a produção material, do qual elas não participam, mas dele se beneficiam, e o mundo da família e das relações na comunidade, onde elas se movem com certo grau de liberdade a partir do prestígio que lhes é dado pelo mundo do trabalho.

As mulheres da categoria dos médios proprietários se situam na escala intermediária, se consideramos o nível de vida, material ou não. Nessa categoria há uma penetração entre os dois mundos e, embora elas participem do mundo do trabalho, essa não é sua prioridade. Sobretudo as mulheres dos empresários rurais têm sua prioridade de vida no mundo da organização familiar e das relações sociais fora da família.

Em muitos casos o trabalho da mulher se realiza fora do mundo da produção das atividades na lavoura. Elas realizam atividades de maior prestígio como, por exemplo, as de professora ou de empresária.

AGRICULTURA FAMILIAR

A produção de bens essenciais, mas bastante variados, é a principal característica da agricultura familiar brasileira, que vem sofrendo severas mudanças nos últimos tempos. O caminho que vem sendo adotado é a concentração da terra em poucas mãos, com produção extensiva, em larga escala e de poucas culturas, especialmente de grãos destinados ao mercado externo, como soja e milho.

A presença feminina é mais intensa nas pequenas propriedades rurais, onde ela é chamada a também pegar nas ferramentas e colocar a mão na massa, tocando as lavouras.

Foto: SDA

Vale lembrar que 75% da produção de alimentos primários, no Brasil, estão nas propriedades de menor porte, onde também é proporcionalmente menor o uso de agrotóxicos de todos os tipos.

MULHERES CAMPONESAS

Na categoria dos camponeses, os pequenos produtores (proprietários, posseiros, parceiros e arrendatários), está o maior número de mulheres. Com baixíssimo nível de vida, elas voltam sua preocupação à reprodução da sobrevivência. O mundo do trabalho não se separa do da família.

A família é, ao mesmo tempo, unidade de produção econômica e unidade social; e a comunidade é um prolongamento da família. Nesse mundo, as relações de trabalho e as relações familiares se interpenetram e se completam.

Sob a aparência de autonomia e independência, elas se defrontam com condições desfavoráveis à realização de sua vida. Para conseguir os meios de viver, são exploradas com seus companheiros e filhos, seja pelo capital, seja pela grande propriedade.

Elas têm todo o seu tempo dividido entre as tarefas de produção da vida material na roça ou em casa, no cuidado dos filhos e nas demais tarefas familiares e sociais, não lhes sobrando quase nenhum tempo pra si próprias.

O empobrecimento crescente e as dificuldades enfrentadas pelos camponeses para reproduzir a sobrevivência da família em seu pedaço de terra obrigam os homens a buscar formas de complemento do seu rendimento, trabalhando

como assalariados temporários nas terras dos grandes e médios proprietários capitalistas, mesmo em outras regiões, deixando suas lavouras sob a responsabilidade das mulheres e crianças.

E, na medida em que a busca dos meios de vida é mais importante,

muitas delas têm também de trabalhar para os outros, engrossando o contingente das mulheres assalariadas. As mulheres proletárias, assalariadas de forma permanente ou temporária, já em grande número e tendendo a crescer, compõem com as camponesas a grande força de trabalho feminino na produção agrícola.

Na medida em que são obrigadas a buscar os meios de vida através do salário, trabalhando nas grandes e médias explorações capitalistas, elas têm já o seu mundo dividido, pelas próprias condições objetivas de sua vida.

O mundo do trabalho é para elas prioritário, ocupando a maior parte de seu tempo, do qual elas não têm nenhum controle, e está separado do mundo das relações familiares e comunitárias, ao qual elas têm de se dedicar, às vezes de forma contraditória.

No trabalho, elas participam de um conjunto de relações determinadas pela lógica do capital, conflitantes com as relações na família; trazendo-lhes uma situação contraditória em que se misturam sentimentos de independência e submissão.

É sob essa nova configuração da estrutura fundiária brasileira que as mulheres do campo continuaram fazendo história no avanço das lutas pela terra na segunda metade do século XX, como as mulheres das Ligas Camponesas, as Mulheres da Floresta, as Mulheres Sem-Terra, e, mais recentemente, já no século XXI, somando todas as lutas, as Mulheres da Marcha das Margaridas.

MULHERES E MST

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, nasceu em 1984, durante encontro de lideranças realizado em Cascavel, no Paraná, como objetivo de mobilizar trabalhadoras e trabalhadores rurais em defesa da Reforma Agrária.

Uma das grandes inovações do MST foi o investimento programático na educação diferenciada das crianças, na formação política de sua juventude, e na defesa de direitos iguais para mulheres e homens, expressa no documento "Linhas Políticas de Gênero do MST":

1. Garantir que o cadastro e o documento de concessão de uso da terra sejam em nome do homem e da mulher.
2. Assegurar que os recursos e projetos da organização sejam discutidos por toda a família (homem, mulher e filhos que trabalham), e que os documentos sejam assinados e a execução e controle também sejam realizados pelo conjunto da família.
3. Incentivar a efetiva participação das mulheres no planejamento das linhas de produção, na execução do trabalho produtivo, na administração das atividades e no controle dos resultados.
4. Em todas as atividades de formação e capacitação, de todos os setores do MST, assegurar que haja 50% de participação de homens e 50% de mulheres.
5. Garantir que em todos os núcleos de base dos acampamentos e assentamentos tenha um coordenador e uma coordenadora que, de fato, coordenem as discussões, estudos e encaminhamentos do núcleo, e que participem de todas as atividades como representantes da instância.
6. Garantir que em todas as atividades do MST, de todos os setores e instâncias, tenha ciranda infantil para possibilitar a efetiva participação da família.
7. Assegurar a realização de atividades de formação sobre o tema gênero e classe em todos os setores e instâncias do MST, desde o núcleo de base até a direção nacional.
8. Garantir a participação das mulheres na Frente de Massa e Setor de Produção e Cooperação e Meio Ambiente, para incentivar as mulheres a irem para o acampamento, participarem das atividades no processo de luta, e serem ativas nos assentamentos.
9. Realizar a discussão de cooperação de forma ampla, procurando estimular mecanismos que liberam a família de penosos trabalhos domésticos cotidianos, como refeitórios, lavanderias etc., comunitários.
10. Garantir que as mulheres sejam sócias de cooperativas e associações com igualdade na remuneração das horas trabalhadas, na administração, no planejamento e na discussão política e econômica.
11. Combater todas as formas de violência, particularmente contra as mulheres e crianças que são as maiores vítimas de violência no capitalismo".

Jaime Sautchuk
Jornalista. Escritor

CAUSOS DE MINHA MEMÓRIA:
OS QUE VI ACONTECER, OS QUE OUVI CONTAR

Maria Aparecida Hamu Opa

Um pouco da História de Formosa – Goiás

O que lhes vou expor neste momento são causos de minha memória – ou os vi acontecer ou os ouvi contar. Um profundo sentimento religioso sempre impregnou a vida formosense. A chegada dos dominicanos em 1905 certamente influiu de forma significativa neste aspecto. A velha matriz, amparada em um paredão vertical à direita, que chamávamos de gigante, era o centro da comunidade local; rezas, festas religiosas, casamentos, promessas e devoções.

Destas, as que maiores saudades me trazem aconteceram no mês de maio. Um frio intenso nos acompanhava às 6 da manhã para a missa em latim, durante o mês todo e à noite havia a oferta de flores. As alunas das escolas, ensaiadas pelas irmãs, iam vestidas de branco oferecer flores a Nossa Senhora.

Enfileiradas, cantando, em formações variadas e originais, contornavam o interior da igreja e subiam até o altar-mor para que as primeiras das filas, vestidas de anjo, coletassem as flores e as depositassem aos pés da Virgem. E cantávamos: *Vinde povos trazer flores/ Cantar hinos de alegria/ Saudar com mil louvores/ A doce Virgem Maria. Neste mês de alegria/ Tão lindo mês de flores/Queremos de Maria Celebrar os louvores (...).* No dia 31, com maior solenidade, a Mãe do Céu era coroada. E com que emoção participávamos da subida aos degraus do altar para ficar no topo, tocando o teto e ao lado da imagem de Nossa Senhora da Conceição.

A Semana Santa, embora silenciosa e triste, constituía realmente, durante toda a Quaresma, um tempo de contrição e de recolhimento. As imagens todas eram vestidas de roxo, às sextas-feiras não se comia carne e à noite, à via sacra, se cantava: *A morrer crucificado/ Meu Jesus é condenado/ Por teus crimes, pecador!*

Sexta-feira da Paixão a tristeza baixava sobre a cidade e parecia que neste dia até os galos cantavam tristes. Não tocavam os tradicionais sinos da igreja. A hora da procissão do enterro era avisada pela matraca: uma alça frouxa de ferro afixada numa tábua que, agitada, fazia um ruído característico e conhecido. Isto sem falar das inúmeras crendices que provocava este dia: – Tirar leite? Saía sangue. – Carrear? Virava alma penada após a morte e passava anos carreando pelas madrugadas das sextas-feiras e assombrando a gente. Quem da minha geração não ouviu o canto do carro de boi assombrado? E o monjolo daquele indivíduo que socou arroz na Sexta-feira da Paixão? Como era feliz, ingênuo e crédulo o nosso povo!

Maria Aparecida Hamu Opa
Professora (*in memoriam*). Excerto de texto publicado na Revista *DF Letras*, edição 25/26, ano III. Com edições de Iêda Vilas-Bôas.

FSA FORMOSA PREFEITURA

O QUERER DAS MARGARIDAS

Zezé Weiss

Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência

Foto: Rafael Fernandes/Contag

Entre os dias 13 e 14 de agosto de 2019, milhares de mulheres do campo, da floresta e das águas estarão em Brasília para a 6ª Marcha das Margaridas. A Marcha expressa o querer de milhares, milhões de Margaridas em luta contra os retrocessos da agenda antidemocrática, antidireitos, misógina, conservadora e privatista ora em curso no Brasil.

Coordenada pela Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG), suas 27 Federações e mais de 4 mil Sindicatos filiados, a Marcha das Margaridas se constrói em parceria com os movimentos feministas e de mulheres trabalhadoras, centrais sindicais e organizações internacionais, que se somam para lutar contra a ameaça às conquistas democráticas das mulheres brasileiras.

Nesse sentido, a Marcha das Margaridas, que se constitui como a maior e mais efetiva ação estratégica das mulheres do campo, da floresta e das águas para conquistar visibilidade, reconhecimento social e cidadania plena no cenário nacional, consolida, em Brasília, o processo de diálogo, formação e mobilização desenvolvido por Mulheres-Margaridas em suas comunidades, municípios e estados.

O CAMINHAR DAS MARGARIDAS

Inspirada na luta da líder sindicalista e trabalhadora rural Margarida Maria Alves, covardemente assassinada na porta de sua casa, no município de Alagoa Grande, Paraíba, em 1983, a Marcha das Margaridas é realizada em Brasília, a cada quatro anos, desde o ano 2000.

A cada Marcha, as Margaridas se reinventam e incorporam novos temas e novas complexidades ao seu rico mosaico humano e social. Na 1ª Marcha, as Margaridas se apresentaram como trabalhadoras rurais. A Marcha reuniu 20 mil mulheres em Brasília para denunciar o efeito das medidas neoliberais em suas vidas, como expressou o lema: *"2000 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista"*. A Marcha integrou as iniciativas da Marcha Mundial de Mulheres, realizada por mulheres ao redor do planeta.

Fortalecidas pela Marcha de 2000, em agosto de 2003 mais de 40 mil mulheres chegaram a Brasília, com o lema *"2003 Razões para Marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista"*. Durante a Marcha, as Margaridas negociaram pauta de reivindicações junto ao governo popular do presidente Lula. Uma das conquistas foi o título das terras destinadas à Reforma Agrária em nome de mulheres e homens. As Margaridas também elaboraram pauta interna, visando à promoção da igualdade de gênero no sindicalismo rural.

Construída a partir dos debates na base, a Marcha 2007 se realiza no contexto do segundo governo Lula. Adotando o nome *"Mulheres do Campo e da Floresta"*, 70 mil mulheres chegaram à capital do país para defender uma pauta de reivindicações que tinha por eixos centrais: terra, água e agroecologia; soberania e segurança alimentar; trabalho, renda e economia solidária. Naquele ano, reafirmou-se o lema: *"2007 Razões para Marchar Contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista"*.

Foto: Luiz Fernandes/Contag

Em 2011, fortalecidas pela eleição da primeira presidenta do Brasil, 100 mil Margaridas vieram às ruas com o lema: *"2011 Razões para Marchar – por Desenvolvimento Sustentável, com Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade"*. Importantes conquistas foram anunciadas pelo governo de Dilma Rousseff. Teve lugar na Marcha de então a Mostra das Margaridas, em que foi comercializada a produção das mulheres do campo e da floresta.

Em 2015, já se armava o golpe político contra a Presidenta reeleita, Dilma Rousseff. Assim, 100 mil mulheres, incorporando o slogan *"Mulheres do Campo, da Floresta e das Águas"* marcharam, resistindo ao *impeachment* e em solidariedade à presidenta, pelos ataques sofridos naquele período. Através do lema, reafirmaram: *"Margaridas seguem em marcha – Por Desenvolvimento Sustentável, com Democracia, Justiça, Autonomia, Igualdade e Liberdade"*.

Agora, em 2019, a Marcha das Margaridas continua a caminhada de ousadia, coragem e resistência trilhada por milhares de mulheres desde os anos 1980 e 1990, que foi quando as mulheres do campo começaram a se mobilizar por seu reconhecimento como trabalhadoras rurais e direito à previdência e à sindicalização.

Nos anos 1990, o movimento fortaleceu sua organização, criando as Comissões e Coordenações de Mulheres e aprovando a cota de participação de, no mínimo, 30% de mulheres nas instâncias deliberativas dos Sindicatos, gerando as condições para a realização da primeira Marcha das Margaridas, em 2000.

Em 2019, as Margaridas – mulheres trabalhadoras do campo, da floresta e das águas – inovaram no modelo de financiamento: com uma campanha de captação de recursos nas redes sociais, a Marcha captou 153% da meta estabelecida. Assim, fortalecidas pela solidariedade nacional, em agosto as Margaridas marcharão em Brasília entoando o canto "Margaridas na luta por um Brasil com soberania popular, democracia, justiça, igualdade e livre de violência".

Zezé Weiss
Jornalista, com dados oferecidos pela Assessoria de Imprensa da CONTAG.

POR QUE MARCHAM AS MARGARIDAS:

PLATAFORMA 2019

Foto: Rafael Fernandes/Contag

Em 2019, Plataforma da Marcha das Margaridas encontra-se estruturada em 10 Eixos Políticos:

01 Por Terra, Água e Agroecologia.

02 Pela Autodeterminação dos Povos, com Soberania Alimentar e Energética.

03 Pela Proteção e Conservação da Sociobiodiversidade e acesso aos bens comuns.

04 Por Autonomia Econômica, Trabalho e Renda.

05 Por Previdência e Assistência Social Pública, Universal e Solidária.

06 Por Saúde Pública e em Defesa do SUS.

07 Por uma Educação Não-Sexista e Antirracista e pelo Direito à Educação do Campo.

08 Pela Autonomia e Liberdade das Mulheres sobre o seu Corpo e a sua Sexualidade.

09 Por uma Vida Livre de Todas as Formas de Violência, sem Racismo e Sem Sexismo.

10 Por Democracia com Igualdade e Fortalecimento da Participação Política das Mulheres.

Fonte: Assessoria de Imprensa, Marcha das Margaridas 2019.

MARGARIDA MARIA ALVES

PRESENTE!

A Marcha das Margaridas tem como força inspiradora a luta de Margarida Maria Alves, uma trabalhadora rural nordestina que, rompendo com padrões tradicionais de gênero ocupou, por 12 anos, a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, na Paraíba.

Líder sindical influente, Margarida incentivava as trabalhadoras e trabalhadores rurais a buscarem na justiça a garantia de seus direitos. E mesmo sofrendo muitas ameaças por se opor aos interesses dos latifundiários e patrões da região, Margarida nunca se abatia!

Sua trajetória sindical de luta pelo direito à terra, pela reforma agrária, por melhores condições de trabalho, contra as injustiças sociais e pelo fim do analfabetismo, tendo fundado, enquanto esteve à frente do sindicato, o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, perdura como exemplo para as gerações presentes e futuras.

Covardemente assassinada em 12 de agosto de 1983, aos 40 anos de idade, na porta de sua casa, o sangue de Margarida se espalhou como semente... Seu nome tornou-se símbolo nacional de força e coragem cultivado pelas mulheres e homens do campo, da floresta e das águas.

MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS

Felício Pontes Jr.

Foto: Divulgação

"Para nós, desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam saudáveis, num lugar cheio de vida."
Davi Kopenawa

Davi Kopenawa é um sábio. É uma mistura de sacerdote, pajé e líder político dos Yanomami – povo indígena que habita o estado de Roraima, na fronteira do Brasil com a Venezuela. No final dos anos 1980, seu território foi invadido por 40 mil garimpeiros. Esse contato ocasionou a morte de mais de mil indígenas por violência e doenças. Antes, em 1960, o clã desse pajé Yanomami foi quase dizimado por doenças contagiosas, em outra tentativa do contato dos "brancos", deixando-o órfão, ainda criança. Davi não se entregou. Cresceu e correu mundo denunciando o desrespeito aos direitos humanos de seu povo. Ganhou o Global 500, prêmio das Nações Unidas aos mais destacados defensores do meio ambiente; e o RightLivelyhood, considerado o Nobel alternativo, entre outros. E conseguiu o reconhecimento da Terra Indígena Yanomami pelo governo brasileiro em 1992. Nesse momento em que o Congresso Nacional discute o Projeto de Lei n. 1610/96, que abre as terras indígenas para a mineração, é importante ouvir a voz desse líder.

UM LUGAR CHEIO DE VIDA

"Vocês, brancos, dizem que nós, Yanomami, não queremos o desenvolvimento. Falam isso porque não queremos a mineração em nossas terras, mas vocês não estão entendendo o que estamos dizendo. Nós não somos contra o desenvolvimento.

Nós somos contra apenas o desenvolvimento que vocês, brancos, querem empurrar para cima de nós. Vocês falam em devastar nossa terra-floresta para nos dar dinheiro. Falam que somos carentes. Mas esse não é o desenvolvimento que conhecemos. Para nós, desenvolvimento é ter nossa terra com saúde, permitindo que nossos filhos vivam saudáveis, num lugar cheio de vida.

Mas falam que somos pobres e que nossa vida vai melhorar. Mas o que vocês conhecem da nossa vida para falar que vai melhorar? Só porque somos diferentes de vocês, vivemos de forma diferente, damos valor para coisas diferentes, isso não quer dizer que somos mais pobres.

Nós, Yanomami, temos outras riquezas deixadas pelos nossos antigos que vocês, brancos, não conseguem enxergar: a terra que nos dá vida, a água limpa que tomamos, nossas crianças satisfeitas."

Felício Pontes Jr.
Procurador da República.

ONÇA-PINTADA:
ESPÉCIE VULNERÁVEL EM RISCO DE EXTINÇÃO

Eduardo Pereira

Fotos: Facebook - Reprodução Altino Machado

A onça-pintada, esse belíssimo animal de pelagem amarelo-dourado com grandes pintas pretas, é o maior felino do continente americano. Oficialmente extinta nos Estados Unidos, e hoje bastante rara no México, ela ainda pode ser encontrada em algumas partes da América Latina.

No Brasil a onça-pintada ocorre em vários tipos de habitat, em ambientes abertos como o Cerrado e o Pantanal, e em áreas de floresta, como a Mata Atlântica e na Amazônia, e vem desaparecendo rapidamente das regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

Robusta, chega a pesar 135 kg, com grande força muscular, sendo a potência de sua mordida considerada a maior entre os felinos de todo o mundo.Esse animal solitário se alimenta de animais silvestres como catetos, capivaras, jacarés, queixadas, veados e tatus.

Com a cada vez mais frequente escassez da caça, em geral provocada pela ação humana em seus territórios, a onça-pintada costuma buscar seu alimento entre os animais domésticos, e isso faz com que seja muito perseguida, o que torna suas populações severamente reduzidas.

Embora esteja classificada pela IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e pelo IBAMA como espécie vulnerável, a onça-pintada é também vítima da ação covarde, inescrupulosa, sanguinária e predatória de caçadores.

GRUPO DE CAÇADORES DESBARATADO NO ACRE

Recentemente, o Ministério Público Federal (MPF) denunciou à Justiça Federal um grupo de homens que agia no interior do Acre promovendo caçadas de maneira regular há vários anos, tendo promovido o abate de animais da região, como onças pintadas, capivaras, catetos, veados e outros. O grupo foi denunciado também pelo crime de associação criminosa armada, além do crime de guarda de material oriundo das caçadas (carne, peles etc.).

Durante a investigação, além de farta documentação colhida, como fotos, vídeos, e outros, também houve monitoramento dos celulares dos envolvidos, que mantinham conversas frequentes por meio de grupos em aplicativos de mensagens, onde organizavam as caçadas. Em apenas três meses de monitoramento, foram registrados 11 episódios de caçadas, e apenas neste período foram mortos pelo bando cerca de oito onças pintadas, 13 capivaras, 10 catetos e dois veados mateiros.

O membro mais antigo e mais ativo do grupo, o dentista Temístocles Barbosa Freire, caça animais silvestres ilegalmente pelo menos desde 1987, havendo informação de que somente ele pode ter matado mais de mil onças pintadas nesse período.

Além de Temístocles, também viraram réus na ação penal Gilson Dória de Lucena Júnior (médico), Sinézio Adriano de Oliveira Júnior (servidor do Poder Judiciário), Gilvan Souza Nunes (agricultor), Gisleno José Oliveira de Araújo Sá (agente penitenciário), Manoel Alves de Oliveira (eletricista) e Sebastião Júnior de Oliveira Costa.

O caso gerou duas ações penais, que podem ser acompanhadas pelos números 5001-55.2019.4.01.3000 e 4975-57.2019.4.01.3000, no site da seção judiciária da JF no Acre https://portal.trf1.jus.br/sjac. Os réus podem receber penas de prisão e multa, variando de acordo com a participação de cada um nos crimes cometidos.

Eduardo Pereira
Sociólogo
@weiss_guru

O País de Gales

Joseph Weiss

Paloma, minha neta de 13 anos, acaba de participar de uma competição de ginástica acrobática no País de Gales. Essas anotações eu fiz pra ela, mas podem valer também pra você, que gosta de conhecer outros mundos e suas histórias interessantes.

O País de Gales (Wales em inglês) é o menor país do Reino Unido e o de menor renda per capita, 25 mil dólares, equivalente a 74% da média dos outros países do bloco, Inglaterra, Escócia e Irlanda do Norte. Seu território corresponde a apenas três vezes o tamanho do Distrito Federal e é menor que Sergipe, o menor estado brasileiro.

Um em cada seis galeses falam a língua tradicional galês. Era um país que vivia de tirar minérios e carvão das suas montanhas. Naquela época, os mineiros tinham pulmões cheios de pó de carvão. Hoje o país vive de turismo. Gales nunca foi conquistado pelos anglo-saxões devido ao terreno montanhoso e à feroz resistência do seu povo.

Os principais pontos turísticos do país são a ferrovia Ffestiniog e as cavernas Llechwedd Slate. Muita gente visita o país em outubro, para a Festa de Halloween, que eles chamam de Calan Gaeaf.

Gales é um lugar de muito sossego,e também de muita cultura. Por todos os lados, pode-se ver os resquícios da devastação do passado.

A cidade de Blaenau Ffestiniog, que tem só 4 mil habitantes, está cercada de montes de lixo das minas que fecharam há muitos anos.

Na cidade de Portmeirion tem o festival conhecido por Número 6 com atividades culturais, artísticas e gastronômicas, teatro, desfiles. Em Cardiff, a capital, tem programação de musicais, dança e balé.

Joseph Weiss
Eco-Economista

RAIMUNDA, A QUEBRADEIRA

UMA SAUDADE

Foto: Reprodução instagram

Raimunda Gomes da Silva, Raimundinha, ou Raimunda dos Cocos, como era conhecida, quebradeira de coco, militante da luta do campo, filha de pais agricultores, ela mesma agricultora e extrativista, nasceu em Novo Jardim, no Maranhão, no ano de 1940.

Trabalhadora rural, poeta e, a seu jeito, militante feminista, Raimunda fundou, em 1991, a Associação Regional das Mulheres Trabalhadoras Rurais do Bico do Papagaio (ASMUBIP). Ela e suas companheiras de luta começaram a promover encontros para discutir seus direitos. Primeiro, nos municípios mais próximos e, em seguida, nos estados vizinhos.

Em 1992, criaram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), presente no Pará, Tocantins, Piauí e Maranhão. Ampliou-se, assim, a representação política das 300 mil mulheres que vivem da coleta do coco babaçu, nativo da região.

Da amêndoa do fruto, extraem o óleo vegetal, com o qual cozinham e produzem sabão. Da casca, fazem lenha. Da palha da árvore, cestos. Nada se perde. As agricultoras só utilizam para si o que sobra da produção. O trabalho de coleta e a quebra do coco são tarefas difíceis.

Aos 20 anos, Raimunda aprendeu a assinar o nome e tornou-se porta voz de 400 mil trabalhadoras rurais extrativistas, em defesa do meio ambiente e dos direitos das mulheres. Ao longo de sua trajetória, foi responsável pela Secretaria da Mulher Trabalhadora Rural Extrativista, do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Por sua atuação em prol das mulheres da região do Bico do Papagaio, a quebradeira de coco recebeu o título de doutora Honoris Causa da Universidade Federal do Tocantins e prêmios como o Diploma Mulher-Cidadã Guilhermina Ribeira da Silva, da Assembleia Legislativa do Tocantins, e o Diploma Bertha Lutz, do Senado Federal, concedido a mulheres que contribuíram para a igualdade de gênero no Brasil.

Autora de várias poesias e músicas, em que denuncia a injustiça imposta ao povo do campo, em 2005 Raimunda integrou a lista mundial das mil mulheres que concorreram ao Prêmio Nobel da Paz. Sua história virou a trama central do vídeo-documentário "Raimunda, a quebradeira", do cineasta Marcelo Silva.

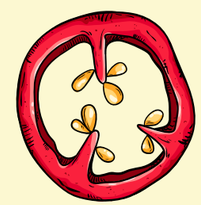
"O fato de ganhar esses prêmios todos não mudou em nada a minha vida, eu continuo da mesma forma, vivendo do mesmo jeito. O reconhecimento só me fez ter ainda mais responsabilidade. A luta continua. Eu não quero morrer matada, quero morrer na cama, sou feita do pó da terra, e é pra lá que voltarei."

Deste mundo, Raimunda partiu como queria. Em 7 de novembro de 2018, Raimunda Gomes da Silva faleceu em sua própria cama, no povoado de Sete Barracas, no município de São Miguel do Tocantins, aos 78 anos de idade.

JIQUITAIA:

O MOLHO DE PIMENTA DO POVO BANIWA

Lúcia Resende

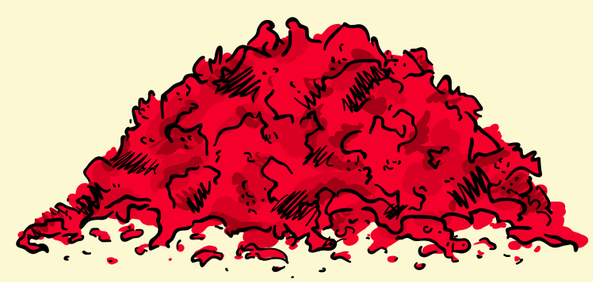


Pra quem nunca andou pelas bandas do Rio Içana, na fronteira do Brasil com a Colômbia e a Venezuela, nem visitou as comunidades do Alto Rio Negro/Guainía, ou os centros urbanos de São Gabriel da Cachoeira, Santa Isabel e Barcelos, no Estado do Amazonas, territórios onde estão localizadas as aldeias do povo Baniwa, provavelmente a palavra jiquitaia remete apenas à famosa formiga lava-pés, ou formigas-de-fogo, cuja ferroada esquenta e arde, amedronta de tão dolorida.

Mas jiquitaia é também um molho super picante, feito à base de pimentas, usado há milênios pelos Baniwa como proteção contra os maus espíritos, purificador de alimentos e antisséptico facial. O molho é preparado com uma mistura de pimentas que, depois de secas ao sol, são piladas junto com sal e, algumas vezes, temperadas com molho de queijo.

O jeito de fazer é, teoricamente muito simples: basta colocar as pimentas, o sal e o molho ou água fervida em um pote e deixar curtir por alguns dias, ficando a jiquitaia pronta quando o pote for aberto e já não sair nenhum gás oriundo da mistura. Mas o bom mesmo é comprar a jiquitaia das próprias comunidades indígenas.

Como? O site https://www.artebaniwa.org.br/pimenta-baniwa traz uma lista dos vários locais na Amazônia e fora dela onde se pode comprar a jiquitaia Baniwa.



Lúcia Resende
Professora
@mluciares

Foto: Reprodução

JULHO DAS PRETAS: MULHERES NEGRAS MOVEM A TERRA

Iêda Leal

A 25 de julho, em toda a América Latina e no Caribe celebramos o Dia Internacional da Mulher Negra. No Brasil, este é também o dia em que celebramos a memória da líder quilombola, rainha e chefe de Estado Tereza de Benguela, mulher negra que viveu no Vale do Guaporé, no Estado do Mato Grosso.

Tereza de Benguela liderou o Quilombo de Quariterê, onde ela implantou uma espécie de parlamento e um sistema avançado de defesa que resistiu da década de 1730 até o final do século do século XVIII.

Desde 2014, organizações de mulheres negras e mulheres negras auto organizadas se juntam em um grande movimento de mulheres negras para organizar, durante todo mês, o "Julho das Pretas", com múltiplas reflexões do papel da mulher negra na sociedade brasileira.

Por todo o país serão realizadas ações de comemoração e de rememoração das lutas históricas das mulheres negras que, embora tornadas invisíveis pelo racismo e pelo machismo, insistem em seguir lutando contra vento e maré para saírem da triste estatística registrada pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Eclac) em um estudo de 2017 que aponta que 20% das mulheres negras brasileiras estão entre a parcela de 10% da população mais pobre do Brasil.

Em artigo recente, Isabela da Cruz disseca outros dados alarmantes da desigualdade, divulgados em março de 2019 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Entre pessoas de 25 a 44 anos de idade, o percentual de mulheres brancas com ensino superior completo (23,5%) é 2,3 vezes maior do que o de mulheres pretas ou pardas (10,4%).

Considerando a essencialidade da educação, 30,7% das pretas ou pardas de 15 a 17 anos de idade apresentaram atraso escolar no ensino médio, enquanto apenas 19,9% das mulheres brancas dessa mesma faixa etária estavam em situação semelhante.

Como as mulheres negras são as que mais se dedicam aos afazeres domésticos, com 18,6 horas mensais, para estudar, em sua grande maioria, as mulheres negras precisam conciliar estudos com trabalho ao mesmo tempo em que tentam sobreviver num mundo de violentos ataques racistas, como no caso da vereadora Marielle Franco, assassinada em março de 2018, no Rio de Janeiro.

O Julho das Pretas é, portanto, um momento de reflexão e de ação à imensa gama de problemas sociais que, em pleno século XXI, continuam achacando a população negra, em especial as mulheres negras. É tempo de lutar contra todas as formas de violência contra as mulheres negras. Segundo o Atlas da Violência (IPEA – 2018), a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras.

Situação que se agrava aqui no meu Estado de Goiás que, além de ser aquele com a pior taxa de homicídios de mulheres negras (8,5%), tem uma desigualdade acentuada: a taxa entre as mulheres não negras é menos da metade (4,1%).

Por essa razão, nós nos somamos ao movimento de mulheres negras que se juntam ao movimento terra de direitos na defesa de nossa luta comum, simbolizada pelo slogan do Julho das Pretas:

MULHERES NEGRAS MOVEM O BRASIL, MULHERES NEGRAS MOVEM A TERRA!

Iêda Leal
Tesoureira do SINTEGO; Secretaria de Combate ao Racismo da CNTE; Conselheira do Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU; Vice-Presidenta da CUT-GO.

O CAVALO DO GRILO

Matheus Nachtergaele

Carta para Ariano,

Quem te escreve agora é o Cavalo do teu Grilo. Um dos cavalos do teu Grilo. Aquele que te sente todos os dias, nas ruas, nos bares, nas casas. Toda vez que alguém, homem, mulher, criança ou velho, me acena sorrindo e nos olhos contentes me salva da morte ao me ver Grilo.

Esse que te escreve já foi cavalgado por loucos caubóis: por Jó, cavaleiro sábio que insistia na pergunta primordial. Por Trepliev, infantil édipo de talento transbordante e melancólicas desculpas. Fui domado por cavaleiros de Sheakespeare, de Nelson, de Tchekov. Fui duas vezes cavalgado por Dias Gomes. Adentrei perigosas veredas guiado por Carrière, por Büchner e Yeats. Mas de todos eles, meu favorito foi teu Grilo.

O Grilo colocou em mim rédeas de sisal, sem forçar com ferros minha boca cansada. Sentou-se sem cela e estribo, a pelo e sem chicote, no lombo dolorido de mim e nele descansou. Não corria em cavalgada. Buscava sem fim uma paragem de bom pasto, uma várzea verde entre a secura dos nossos caminhos. Me fazia sorrir tanto que eu, cavalo, não notava a aridez da caminhada. Eu era feliz e magro e desdentado e inteligente. Eu deixava o cavaleiro guiar a marcha e mal percebia a beleza da dor dele. O tamanho da dor dele. O amor que já sentia por ele, e por você, Ariano.

Depois do Grilo de você, e que é você, virei cavalo mimado, que não aceita ser domado, que encontra saídas pelas cercas de arame farpado, e encontra sempre uma sombra, um riachinho, um capim bom. Você, Ariano, e teu João Grilo, me levaram para onde há verde gramagem eterna. Fui com vocês para a morada dos corações de toda gente daqui desse país bonito e duro.

Depois do Grilo de você, que é você também, que sou eu, fui morar lá no rancho dos arquétipos, onde tem néctar de mel, água fresca e uma sombra brasileira, com rede de chita e tudo. De lá, vê-se a pedra do reino, uns cariris secos e coloridos, uns reis e uns santos. De lá, vejo você na cadeira de balanço de palhinha, contando, todo elegante, uma mesma linda estória pra nós. Um beijo, meu melhor cavaleiro.

Teu,

Matheus Nachtergaele

Foto: Divulgação

Matheus Nachtergaele
Ator aclamado pelo papel de João Grilo em "O Auto da Compadecida", obra-prima de Ariano Suassuna. Carta-homenagem publicada pelo ator no Diário de Pernambuco no dia em que Ariano partiu deste mundo, em 23 de julho de 2014, aos 87 anos, em Recife, Pernambuco.

ELIZABETH TEIXEIRA

RESISTENTE DA LUTA CAMPONESA

As Ligas Camponesas começaram a acontecer no campo brasileiro por volta do ano de 1945. Abafadas depois da queda de Getúlio Vargas (outubro 1945), as Ligas ressurgiram em 1955, no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, no estado de Pernambuco.

Foi a partir do Engenho Galileia, em uma comunidade de 104 famílias que, em 1º de janeiro de 1955, as Ligas Camponesas voltaram a agir. De lá, sob o comando do Partido Comunista Brasileiro (PCB), por nove anos seguidos, elas voltaram a atuar nas lutas do campo, até serem extintas pelo golpe militar de 31 de março de 1964.

Entre 1955 e 1964, as Ligas conseguiram várias conquistas, como a desapropriação das terras do Engenho Galileia (1959 – 1º Ato de Reforma Agrária no Brasil pós-II Guerra Mundial), o Estatuto do Trabalhador Rural (1963) e o Estatuto da Terra (1964 – promulgado em novembro de 1964, mesmo depois do Golpe).

Embora não tenha sido seu criador, foi o deputado estadual e advogado pernambucano Francisco Julião (1915–1999), junto com o líder Gregório Bezerra (1900–1983), que deu relevância política às Ligas Camponesas. Foi Julião quem criou o nome Ligas Camponesas e é também de Julião a palavra de ordem do movimento: "Reforma Agrária na Lei ou na Marra".

Entretanto, é a mulher de um líder trabalhador rural, negro e sem-terra, João Pedro Teixeira, assassinado em uma emboscada no município de Sapé, em 1962, Elizabeth Teixeira, nascida em 1925, em Sapé, na Paraíba, quem personifica a extraordinária resistência da mulher nas Ligas Camponesas.

Depois da morte do marido, Elizabeth reuniu a militância da Liga em uma grande Assembleia, com mais de dois mil participantes. Elizabeth relembra que todas as mulheres dos companheiros das Ligas compareceram à Assembleia e falaram em uma só voz: "Elizabeth, estamos com você no seguimento à luta de João Pedro!". Ela assumiu, então, a liderança das Ligas Camponesas e, a partir daí, sofreu diversos atentados de morte.

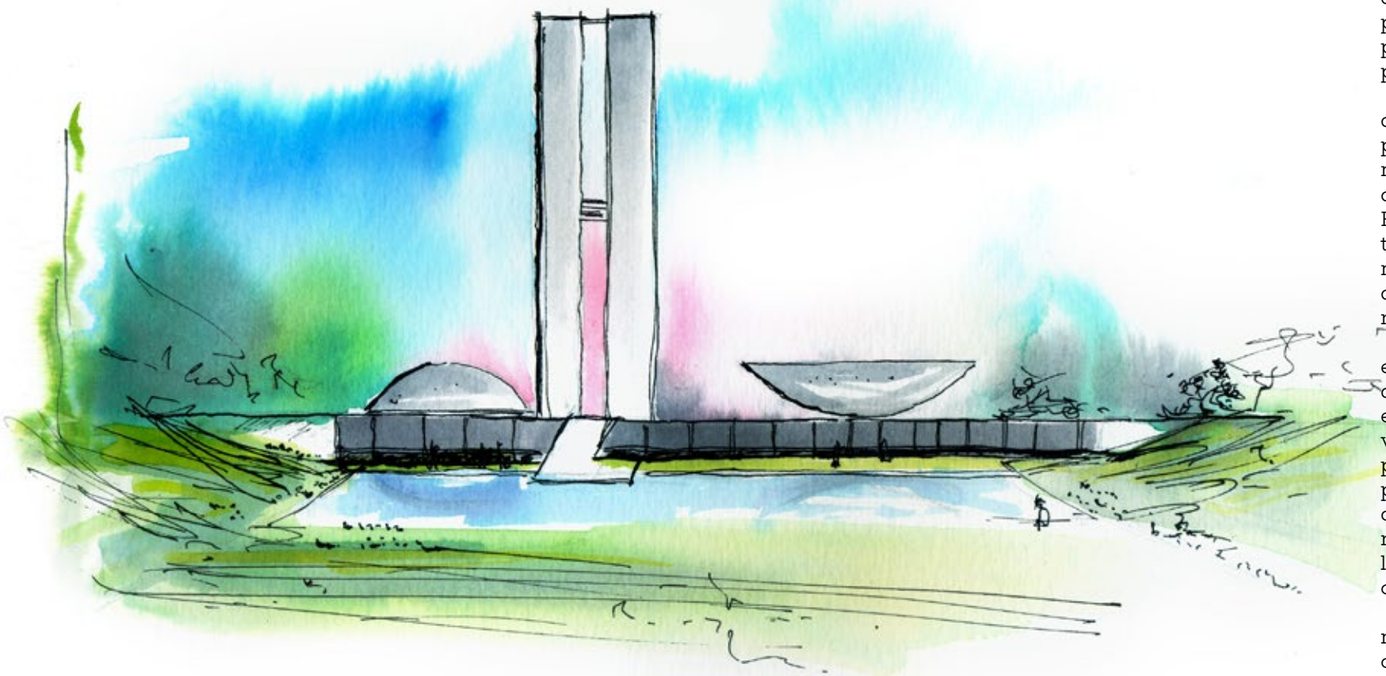
Em 1964, Elizabeth é presa pelo Exército e passa oito meses na cadeia. Na volta, foge para não ser morta. Muda de cidade e nome, com apenas um dos 11 filhos – Carlos. Vai para São Rafael, no Rio Grande do Norte. Ali, passou a viver clandestina com a identidade de Marta Maria da Costa. Em 1981, foi encontrada pelo cineasta Eduardo Coutinho, que retomara as filmagens de seu documentário Cabra Marcado para Morrer, sobre seu marido. Foi morar em João Pessoa, numa casa que ganhou de Coutinho.

Em suas palavras: "Enquanto houver a fome e a miséria atingindo a classe trabalhadora, tem que haver luta dos camponeses, dos operários, das mulheres, dos estudantes e de todos aqueles que são oprimidos e explorados. Não pode parar". A casa onde Elizabeth viveu com João Pedro, em Sapé, foi tombada e destinada a abrigar o Memorial das Ligas Camponesas, em 2011.

Foto: Divulgação

O BRASIL NÃO VIVE SEM DEMOCRACIA

Emir Sader



O Brasil estava dando certo, retomando o desenvolvimento econômico, distribuindo renda, diminuindo a exclusão social, afirmando sua soberania externa, ganhando o respeito do mundo, com os brasileiros voltando a ter confiança no país e no seu futuro. Porque majoritariamente, através de eleições democráticas, os brasileiros tinham escolhido o modelo de governo de desenvolvimento econômico com justiça social. Por quatro vezes, em disputas transparentes, esse modelo foi vitorioso nas eleições.

De repente o país passou a não dar certo. Porque a democracia foi rompida. A vontade majoritária dos brasileiros foi desrespeitada, se impôs um governo que passou a colocar em prática o programa econômico derrotado quatro vezes pelos brasileiros. A partir daí o Brasil voltou a trilhar o caminho de governos de minorias, que governam para minorias, o caminho do desencontro consigo mesmo, voltou a não dar certo. Porque só pode dar certo um país em que o governo representa a maioria da população e isso deixou de acontecer a partir da derrubada da Dilma.

O país passou a não dar certo quando passou a ter um governo que representava a minoria da população, quando passou a liquidar os direitos reconhecidos pelos governos eleitos pelo povo, quando passou a privatizar propriedades públicas garantidas pelos governos eleitos democraticamente. Quando se abandonou a política externa soberana e se voltou a uma política de subserviência aos Estados Unidos. Quando os bancos públicos deixaram de ter um papel essencial no impulso ao crescimento econômico, à posta em prática das políticas sociais e aos créditos para a massa da população.

A prisão e condenação sem provas do Lula, que representa os sentimentos da maioria da população – ganharia as eleições no primeiro turno – consolidou o desvio dos destinos do país daquele que os brasileiros queriam. Forjaram um resultado eleitoral fraudulento e agora o país tem um presidente que não representa o Brasil, que envergonha o Brasil, que atua no governo como chefe de milícias e não como governante.

A ruptura da democracia e a forma como ela se deu impedem que o país dê certo, porque governa só para alguns, tem uma política econômica que favorece os bancos, promove a posse e o uso de armas pela população, prega a violência, a destruição da educação pública e das políticas sociais, o isolamento do Brasil no mundo. É um governo dessintonizado com os problemas que vivem os brasileiros, com o emprego, os salários, a miséria, o abandono.

Não lhe importa. Acha que recebeu um mandato para fazer o que quiser, se esquece da forma como triunfou, se esquece da facada, da mamadeira, da rejeição aos debates. Acha que pode fazer o que quiser, como se estivesse dirigindo uma milícia, como se não dependesse do consenso da maioria, do apoio de amplos setores da população.

Governar para um governo desse tipo é encontrar bodes expiatórios, inventar inimigos e combatê-los com ofensas e suas hordas. Governa para um país imaginário, enfrenta adversários imaginários, vive num mundo criado por ele. Enquanto essas ficções funcionarem na cabeça de uma parte da população, o governo se mantém, independente de que o país não funcione.

A direita descobre, de repente, que ele não sabe governar. Não votaram nele para governar, mas para impedir que o PT governasse. Não votaram nele achando que ele ia dar certo, isso estava em segundo plano. Para não perder o governo e ver seu modelo econômico ser substituído pelo seu oposto. Contanto que se mantivesse o modelo econômico neoliberal, entregaram o modelo nas mãos de uma milícia, incapaz de governar.

Isso é o que a direita tem a oferecer ao Brasil. Um governo desencontrado com o país. Que atua contra o que precisa a grande maioria da população. Que não agrega, que não une, que governa para seus adeptos incondicionais.

Esse Brasil já mostrou que não dá certo. A direita já se deu conta e não sabe o que fazer com o monstro que colocaram na presidência. Este acena com a reforma da Previdência quando sente muita hostilidade dos representantes da direita, empresários, mídia, porque sabe que é o que mais lhes interessa. Mas nem isso avança.

O país está ao deus dará. A economia estagnada, ninguém cuida do desemprego galopante, a violência se acentua com o armamento liberado, a imagem do país no exterior não poderia ser pior.

Só o retorno da democracia permitirá o país voltar a dar certo, porque só na democracia os governos são legítimos, representam a maioria da população, governam para todos. Neste regime híbrido, de exceção, o país fica entregue ao arbítrio, à violência, à instabilidade.

Emir Sader
Sociólogo
Autor do livro "O Brasil que queremos."

A ROSA IMPERECÍVEL

Clodomir Santos de Morais

Dona Rosa Magalhães não morreu, porque a vida eterna, a imortalidade é dos que defendem os pobres. É inadequado dizer-se que ela descansou, já que Dona Rosa Magalhães nunca manifestou cansaço.

O trabalho para ela era a felicidade, tanto é assim que, nos seus últimos momentos, continuava no posto de professora, dando lições de amor ao próximo, lições de humanitarismo; pedindo que se construísse uma clínica simples, modesta – enfatizava – lá para aquelas famílias que tinham filhos na escola do carente Bairro da Macambira.

De modo que, a frase latina do *"requiescat in pace!"* (que descanse em paz!) não se lhe aplica em absoluto. Primeiro, porque ela não estava cansada e, segundo, porque nunca foi no descanso que Dona Rosa buscava a paz e sim no trabalho, na labuta em favor dos pobres, pois assim é que se obtém a paz de espírito, a paz da consciência do dever cumprido; a paz dos que lutam e por isso mesmo não temem a morte.

Cruzam com esta e nem tomam conhecimento; como se a morte não existisse. Ignoram-na. Tanto é assim que a agonia de vários dias Dona Rosa passou-a conversando na mais completa lucidez, fazendo sinceras e profundas declarações de amor aos seus alunos e ex-alunos que atenderam ao seu último chamamento, à sua derradeira chamada; pedindo-lhes abraços e distribuindo beijos à face daqueles que mais trataram de honrar a figura impoluta da Mestra.

Lindo! Era como se quisesse dar suas últimas aulas sobre a forma correta, a verdadeira forma de morrer dos justos, daqueles que se entregam às causas dos despossuídos, sem esperar recompensa.

Dona Rosa Magalhães foi uma Dolores Ibarruri cabocla, uma *"Pasionaria"*, pois aquela morreu na idade desta e, como esta, foi, até em seus últimos momentos, uma combatente, uma lutadora inflexível em favor dos humildes, dos mais pobres.

Que os seus alunos sejam iguais a ela, incansáveis na lida contra a ignorância, defendendo concretamente o direito dos pobres à escola, à cultura. Que tratem de imitá-la, se acaso aspiram à vida eterna, ou seja, à condição de imortal da saudosa Profa. Rosa Magalhães – a mais abnegada educadora de toda a Bacia do São Francisco – a Rosa Imperecível.

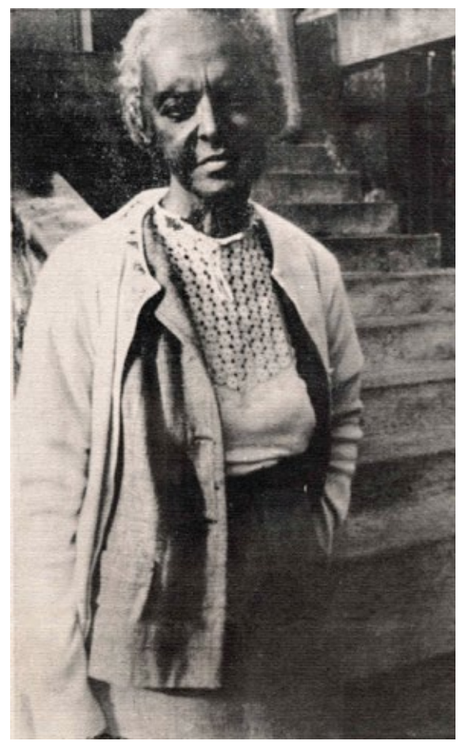


Foto: Acervo Altair Sales Barbosa

Clodomir Santos de Morais Antropólogo Cultural (*in memoriam*) – Assentamento "União da Vitória", Município de Fraiburgo, Santa Catarina, 7 de novembro de 1990.

A TRADIÇÃO DOS ORIXÁS:
VALORES CIVILIZATÓRIOS AFROCENTRADOS

Iêda Leal

Estamos apresentando este livro e documentários do mesmo título a ativistas dos diferentes movimentos sociais, praticantes da fé religiosa, professores, estudantes e público em geral com interesse em conhecer uma experiência política desenvolvida entre os anos 1980 e 1990, na região da Baixada Fluminense, no Rio de Janeiro, que uniu o movimento negro e os Terreiros para o enfrentamento do racismo religioso.

Os autores são os professores Luís Claudio de Oliveira da UERJ, doutor em Memória Social, e Edlaine de Campos Gomes, da UNIRIO, doutora em Antropologia Social. Eles reúnem material desde 2010 – em documentos escritos e em depoimentos, além de fotografias, muitas inclusive feitas pelo professor João Bodê, da UERJ, que compõem o registro do Projeto Tradição dos Orixás.

No centro da pesquisa está a trajetória do seu principal idealizador, o baiano Jayro Pereira, ex-seminarista, filósofo e teólogo, nascido na ilha de Itaparica, Bahia, que chega à capital fluminense em 1985.

O aspecto principal explorado pelos pesquisadores é a metodologia empregada pelo grupo de ativistas do movimento negro junto às Comunidades de Terreiros. Partindo da reconstrução oral daqueles que participaram do Projeto, evidenciam que a sua consecução teve como motor a mobilização dos adeptos contra os ataques racistas do fundamentalismo cristão neopentecostal.

Mas, para essa mobilização, os seus interlocutores junto à mídia, aos demais movimentos sociais e às instituições do poder público propunham a educação política no interior dos Terreiros. Disso resultou a realização de mais de uma dezena de Encontros Regionais da Tradição dos Orixás e outros dois de dimensão estadual.

Iêda Leal
Tesoureira do SINTEGO; Secretaria de Combate ao Racismo da CNTE; Conselheira do Coordenadora Nacional do Movimento Negro Unificado – MNU; Vice-Presidenta da CUT-GO.

Imagem ilustrativa - Gui Gomes Repórter Brasil

FRANCISCA GERAIZEIRA

Altair Sales Barbosa

Lá pras bandas do Tabuleiro do Cotovelo, bem nas cabeceiras do riacho da Tamarana, município de Correntina, Bahia, existia um pequeno rancho coberto com palha de buriti; nele viviam Francisca e sua mãe.

As paredes do rancho eram de barro e caiadas pela própria Francisca, que fabricava as tintas com tabatinga e goma de tapioca; para pintar, usava uma brocha retirada da raiz de canela-de-ema, planta comum daqueles chapadões.

Francisca era esquia, alta, cor morena bem escura, quase negra, embora tivesse o cabelo liso e bem comprido. Trazia à cabeça uma rodilha de pano de algodão. Usava um vestido inteiriço que ela mesmo costurava à mão, feito de chita bem barata, que comprava ou ganhava nos comércios de retalhos, que sempre existiam nos pequenos povoados a oeste do Velho Chico. Era solteira, dizia que não queria se casar, porque tinha que cuidar da sua mãe, e não dava conta de cuidar do marido e da mãe ao mesmo tempo.

A mãe faleceu aos 104 anos de idade, foi apagando aos poucos, feito fogo de vela de cera, conhecida como rolo. Depois da morte da mãe, Francisca usou luto durante toda existência, naquelas bandas do Taboleiro, quando foi vista pela última vez, no final da era noventa.

As cabeceiras do riacho da Tamarana não eram muito distantes da cidade e, afora a vizinhança do local, a casa de Francisca era sempre rodeada de visitantes, porque, além de parteira, sempre apegada com São Raimundo, que dizia ser o protetor das parturientes, tinha o conhecimento da benzeção contra quebranto, mau olhado, espinhela caída, picada de cobra, prisão de ventre, angústia do coração, descobria a sorte pelas linhas das mãos e, de sobra, ainda ensinava alguns remédios para determinados males.

Como, por exemplo, tirava o barro das casas das vespas triturava e misturava com água, depois passava este, com auxílio de uma pena, nas inflamações de caxumba. Após essa operação, amarrava um pano branco de algodão, que abraçava o queixo e a cabeça da pessoa. Era tiro e queda, no outro dia a caxumba sumia.

Sempre depois de cada benzeção, Francisca ensinava aos que a procuravam uma oração que, na década de 1970, tive a oportunidade de transcrever, tal qual ela pronunciava:

Dispidida, dispidida,
dispidida de Belém,
Adeus meus irimão,
até proano que vem.
Dispidida, dispidida,
dispidida de Belém,
Adeus meus irimão,
atépro ano que vem.
Até pro ano que vem,
se a morte não nos matá,
A morte da paixão de Cristo
que queira nos ajudá.
Até pro anoque vem,
se a morte não nos matá,
A morte da paixão de Cristo
que queira nos ajudá.
Sinóis for feliz, a morte
não nos matá,
Se tiver algum agravo,
vóis nos queira perdoá,
Perdão meus irimão para
alcança os perdão de Deus.
Sinóis for feliz, a morte
não nos matá,
Se tiver algum agravo,
vóis nos queira perdoá,
Perdão meus irimão para
alcança os perdão de Deus.

Francisca não cobrava nada pelos serviços, mas um ou outro servo deixava algum adjutório, que podia ser uns trocados ou,às vezes, mantimentos. Durante três vezes na semana, ela saía com um feixinho de lenha à cabeça, e o vendia na cidade, para alimentar os fogões, pois naquela época só existia fogão a lenha.

Dia de sábado, que era o dia da feira na cidade, Francisca saía com uma grande gamela à cabeça e ia fazer seu comércio na feira. Seus produtos eram variados, dependendo da época do ano, levava sabão de coada, maxixe, que colhia nas cercas dos currais e, na época das águas, carregava pencas de araticuns cascudos, cajuzinhos, puçás, e cagaita de vez. Dizia que cagaita madura provocava disenteria.

Com os trocados que recebia das vendas, comprava o necessário para casa, principalmente querosene, café em grãos, que ela mesma torrava e pilava, sal, rapadura, algum cambão de osso, toucinho e carne seca. Às vezes também era agraciada com alguns mantimentos. É certo que em sua casa não tinha fartura, mas também a penúria ficava distante.

E assim era a vida de Francisca, depois que a sua mãe morreu, vivia solitária vagando pelos gerais, sempre à cata de alguma coisa.

Um belo dia, as pessoas que sempre passavam pelas cabeceiras do Tamarana começaram a sentir sua falta. Resolveram olhar dentro da casa, mas não a encontraram. Ficaram dias vasculhando aqueles gerais. Nenhum sinal de Francisca. Logo a notícia se espalhou e o povo daquela pequena cidade começou a criar histórias sobre o seu desaparecimento.

Uns falam que suçuarana a comeu e sumiu com os ossos para a toca, outros dizem que ela caminhou em direção ao sol poente, até desaparecer. Os mais afoitos dizem que Deus a transformou numa seriema e que ela ainda vive dessa forma, vagando pelos gerais e veredas, e que todas as manhãs gorjeia seu canto, para abençoar o povo daquele lugar.

Altair Sales Barbosa
Antropólogo. Arqueólogo – em "O Piar da Juriti Pepena" –Editora PUC Goiás – 2014.

Foto: Acervo Rede Cerrado

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS **DENUNCIAM VIOLAÇÕES DE DIREITOS**

"Tiraram da gente o único espaço onde tínhamos voz, que era o CNPCT, e se isso acabar não vai restar nada para a gente"

A fala é de Maura Ney Piemonte, representante do povo Cigano. Ela e mais 20 representantes de povos e comunidades tradicionais de todo o Brasil participaram de uma audiência pública realizada em junho deste ano, que teve o objetivo de discutir e denunciar violações de direitos contra esses povos. A audiência foi realizada na Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional e da Amazônia, na Câmara dos Deputados em Brasília.

"Nós estamos no Brasil há 445 anos e são 445 anos de exclusão social. As nossas crianças, adultos, idosos, são analfabetos, nós não temos direito à saúde, não temos direito à escola. Se para vocês a sigla CEP significa Código de Endereçamento Postal, para nós, ciganos, significa Ciganos em Extrema Pobreza. Território? Para nós não existe. O nomadismo nos é imposto, por uma sociedade que não nos aceita. Tiraram da gente o único espaço que tínhamos voz, que era o Conselho Nacional dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), se isso acabar não vai sobrar nada para a gente, nada. Não vamos ter onde reclamar, por exemplo, quando nossas crianças são tiradas da mãe dentro da maternidade, só pelo fato de serem ciganas", destacou Maura, que é da Associação CEDRO.

Assim como Maura, lideranças que representam povos e comunidades tradicionais reivindicaram direitos e denunciaram situações de ameaças aos territórios como a devastação ambiental, invasão de terreiros, escassez de água e alimentos e impactos de grandes empreendimentos empresariais.

"Pela defesa dos nossos territórios, todos os dias, as nossas lideranças são ameaçadas. A gente vive em um contexto em que o nosso território é o nosso sustento", ressaltou Francisca Nascimento, quebradeira de coco babaçu, representante do Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

"Nós, todas as comunidades tradicionais, somos protetores do meio ambiente. Se nós não protegermos o meio ambiente, a mãe Terra, não adianta tanto maquinário, tanto ferro, que ela (terra) não vai produzir mais. Não adianta ter muita máquina se não proteger a terra, enquanto esse pessoal pensa só em destruir, nós estamos conservando", apontou João Araújo, representante da Rede Puxirão de Povos e Comunidades Tradicionais.

Entre os PCTs do Brasil, estão povos Indígenas, Quilombolas, Geraizeiros, Pantaneiros, Quebradeiras de Coco de Babaçu, Povos de Terreiro e de Matriz Africana, Extrativistas, Ribeirinhos, Pescadores artesanais, Extrativistas Costeiros e Marinhos, Ciganos, entre tantos outros. Somente no Cerrado, elas e eles vivem há mais de 12 mil anos, convivendo em harmonia com o meio ambiente.

POLÍTICA NACIONAL

A assessora de Direitos Humanos da FIAN Brasil, Roberta Amanajás, destacou a necessidade de transformar o Decreto nº 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em Lei. "É muito importante que o Congresso transforme esse Decreto em Lei, em uma política de Estado".

Já a secretária executiva da Rede Cerrado, Kátia Favilla, ressaltou que estamos vivendo uma política de negação da identidade e de tutela desses povos. "Começar a segurar nas mãos dos povos e comunidades tradicionais e ter uma lei, de fato, para os povos e comunidades tradicionais".

RESISTIR PARA EXISTIR

"Nós queremos que esta Casa venha realmente atender aos pedidos que, hoje, estão fortemente ameaçados, não só de povos e comunidades, mas de vários segmentos. Se fazer visível é uma necessidade de sobrevivência. Estamos nesta audiência para mostrar que existimos. Existimos em todo o Brasil. Temos uma identidade e o Estado brasileiro precisa reconhecer nossos povos e comunidades tradicionais por meio de políticas públicas", salientou a presidenta da CNPCT e representante da Rede de Comunidades Tradicionais Pantaneiras, Claudia Sala de Pinho.

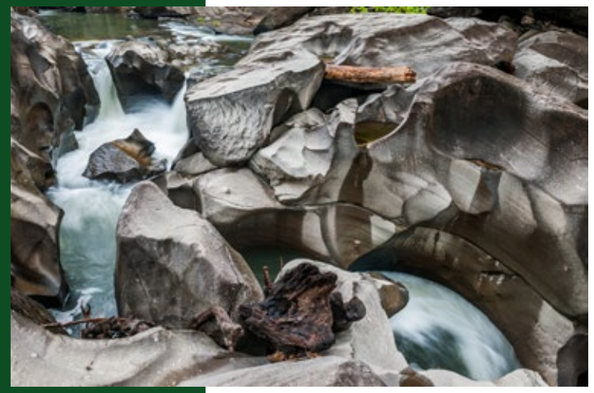
Sobre a extinção do CNPCT, por meio do Decreto 9.759/2019, em 11 de abril, Cláudia destacou que o Estado brasileiro precisa garantir um espaço de participação e diálogo com os PCTs. "A extinção dos conselhos é fechar essa porta de participação e diálogo, essa porta precisa estar aberta, precisamos garantir que o CNPCT vai continuar. Nós vamos continuar resistindo para continuar existindo nesse Estado brasileiro".

Os parlamentares Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), autor do requerimento que solicitou a audiência pública, Talíria Petrone (PSOL-RJ), Célio Moura (PT-TO) e Airton Faleiro (PT-PA) participaram da audiência pública e destacaram o compromisso com o fortalecimento e a visibilidade da luta dos povos e comunidades tradicionais do país.

Flávia Quirino
Jornalista - FIAN Brasil

VIDA OU MORTE:
O DESTINO DA CHAPADA DOS VEADEIROS

Marcus Vinícius



Passou meio despercebido da mídia goiana a declaração do presidente Jair Bolsonaro (PSL-RJ) de que pretende privatizar os parques nacionais. Como de costume, a notícia foi dada pelo próprio presidente no seu twitter: "O potencial de ecoturismo no Brasil é um dos maiores do mundo. Precisamos de boa infraestrutura ao turista e condições favoráveis ao investimento mediante concessões responsáveis, envolvendo moradores das regiões gerando consciência social, emprego e economia", escreveu.

A ideia do presidente é que 20 parques nacionais – entre eles a Chapada dos Veadeiros, em Goiás, Jericoacoara (CE), Lençóis Maranhenses (MA), Chapada dos Guimarães (MT) e Aparados da Serra (RS); e juntamente com os parques revisar a criação de todas as 334 unidades administradas pelo Instituto Chico Mendes (ICMBio). Na prática, isso corresponde a entregar parques e áreas de preservação à exploração comercial, mineral e extrativista sem controle algum.

Sobre a Chapada dos Veadeiros, no Nordeste Goiano, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, em entrevista ao jornal Estado de São Paulo, fez uma declaração sinistra: "A concessão do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, por exemplo, feita no fim do ano passado, foi péssima. Fizeram uma concessão meia-boca, de alguns serviços, dizendo que 80% tinha de continuar sob o comando do ICMBio", declarou Salles.

"O resultado é uma concessão em que o empreendedor não tem quase nenhuma liberdade de atuação. Vamos inverter a lógica dessas concessões. Vamos estabelecer um mínimo de restrições. De resto, toma que o filho é teu", complementou.

MINERAÇÃO E USINA AMEAÇAM CHAPADA

Há na região a presença de grandes grupos econômicos que querem instalar pequenas usinas hidrelétricas (PCHs) e explorar minérios na região da Chapada dos Veadeiros. Um deles é familiar ao próprio governador do Estado de Goiás, Ronaldo Caiado: trata-se do grupo Rialma, criado por um tio do governador, o ex-deputado federal e ex-senador Emival Ramos Caiado.

Na sua página na internet, a empresa se define como "um grupo privado que atua nos segmentos de energia, agropecuária e mineração". O que chama atenção é que a Rialma, desde o ano 2000, tem projetos de mineração e também para instalar sete PCHs na Chapada dos Veadeiros.

De acordo com a Agência Nacional de Mineração, há sete pedidos de pesquisa para mineração de fosfato ativos da Rialma Fertilizantes Indústria e Comércio S/A em Nova Roma. Juntos, somam uma área superior a 13 mil hectares, segundo dados da Agência Nacional de Mineração.

Os projetos para as hidrelétricas somam juntos R$ 1 bilhão, sendo que uma delas, a PCH Santa Mônica, seria instalada no Rio das Almas, em território Kalunga, e outras seis no Tocantinzinho, que ameaçam destruir áreas de preservação e turismo locais.

O Ministério Público instalou procedimento contra o projeto no território Kalunga, através da Procuradora da República do Distrito Federal, Luciana Loureiro Oliveira, e da promotora de Justiça de Luziânia, Úrsula Catarina F. Silva Pinto:

"O Ministério Público Federal e o Ministério Público do Estado de Goiás requerem, em antecipação de tutela, a ser deferida com fundamento no art. 12 da Lei nº 7.347/85 c/c arts. 273 e 461, § 3º, do CPC, que esse Juízo suspenda o processo de licenciamento referente às obras da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Santa Mônica, de responsabilidade da SEMARH-GO e da empresa RIALMA S/A."

LICENCIAMENTO A JATO

Quando ainda estava no Senado, Ronaldo Caiado apoiou o projeto de lei 654/2015, do senador Romero Jucá (MDB-RR), que estabelece o afrouxamento dos critérios para concessão de licenças ambientais. Agora, como governador, Caiado tem sob sua responsabilidade a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SECIMAH), que é justamente responsável por emitir as licenças para projetos de PCHs e de mineração.

O projeto de Romero Jucá, conhecido como "licenciamento a jato", foi reeditado sob a forma do Projeto de Lei do Senado 168/2018, do senador Acir Gurgacz, do PDT de Rondônia. O PL-654 de Jucá, foi feito a pedido da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e propunha que o estudo de impacto ambiental fosse considerado a própria licença. Membro da bancada ruralista, Gurcacz vai além e defende que cada um dos 27 Estados e dos 5.570 municípios possa definir os critérios de rigor do licenciamento.

PRESERVAR OU DESTRUIR

O governador Ronaldo Caiado tem pela frente uma decisão difícil. Pode aderir à proposta do presidente Jair Bolsonaro e do ministro Ricardo Salles e lavar as mãos em relação à Chapada dos Veadeiros – e pagar o ônus político que pode advir do empreendimento dos seus familiares naquela reserva ecológica, ou pode tomar uma atitude firme de preservar uma das últimas reservas naturais de Cerrado de nosso Estado.

As serras, rios, córregos e nascentes da Chapada dos Veadeiros são responsáveis pela formação das águas das bacias Amazônica e Paraná. Segundo estudos do ICMBio, 78% da água que abastece a Bacia Amazônica vêm de rios que nascem no Cerrado; 50% das águas da bacia do São Francisco têm origem nas nascentes do bioma; e 48% da bacia Platina (Paraná-Paraguai), também.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, o Cerrado apresenta apenas 6,77% de seu território legalmente protegido por unidades de conservação, sendo 3,88% de unidades de conservação de uso sustentável e 2,89% são unidades de conservação de proteção integral. De acordo com especialistas, o mínimo indicado pela Convenção da Diversidade Biológica é de 10 %.

Está nas mãos do governador a decisão de ajudar a preservar a flora, a fauna e, principalmente, a água dos rios, ou seguir a lógica mercantilista e pôr fim ao que resta de reserva ambiental em Goiás.

Marcus Vinicius
Jornalista com formação e m economia e história

Foto: Divulgação

DOM MOACIR GRECHI

"Há homens que lutam um dia e são bons,
há outros que lutam um ano e são melhores,
há os que lutam muitos anos e são muito bons.
Mas há os que lutam toda a vida,
e estes são imprescindíveis."

Bertolt Brecht

Ao entardecer do dia 17 de junho, em Porto Velho, Rondônia, o céu levou um dos nossos imprescindíveis.

Dom Moacyr embarcou nas asas da quimera e foi guerrear em outra dimensão. Dom Moacyr Grechi é agora ser encantado na vastidão dos mistérios do infinito.

O Acre perde seu grande amigo. Os povos da floresta, seu mais ardente defensor. As comunidades do campo, indígenas e seringueiras, seu Txai da vida inteira. A democracia brasileira, seu arauto de todos os direitos e de todas as liberdades. Cada qual de nós, um grande companheiro.

Paz e Bem.

Dom Moacyr Grechi
Turvo – Santa Catarina, 19/01/1936
Porto Velho – Rondônia, 17/06/2019.

VALDIZA ALENCAR
A MULHER DO SINDICATO

Elson Martins

Foto: Xapuri.info

A história da seringueira Valdiza Alencar, contada pelo jornalista acreano Elson Martins no livro Vozes da Floresta (Xapuri, 2008), resume a capacidade de organização e resistência das mulheres da floresta:

"Em 1975 acompanhei o delegado da CONTAG, João Maia, ao Seringal Carmem, na BR-317, entre os municípios de Brasileia e Assis Brasil, no Acre, onde aconteceu uma reunião na casa da seringueira Valdiza Alencar. Com uma história de vida na floresta, ela cuidava de um marido doente e, mesmo assim, decidira juntar outras famílias ameaçadas para resistir à expulsão da sua terra.

Àquela época, os seringueiros não tinham consciência de nenhum direito e se encontravam sem ânimo. Mas essa mulher decidida ouvira pelo rádio que João Maia estava no Acre para criar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Com essa informação, andou a pé 80 km até Brasileia, daí pegou um ônibus para Rio Branco, encontrou João Maia e marcou a reunião para a sua colocação como é chamado o lugar onde moram as famílias seringueiras, dentro da floresta.

Maia levou o advogado Pedro Marques, que tinha um jeito muito engraçado de falar do Estatuto da Terra, do Código Civil, de uma forma que os seringueiros se sentiam amparados. Dona Valdiza, que ficou conhecida como a 'Mulher do Sindicato', manifestou alegria enorme, sobretudo quando João Maia marcou a data para a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasileia, o primeiro da região.

Em pouco tempo, e sob a liderança do líder seringueiro Wilson Pinheiro, assassinado em julho de 1980, o Sindicato mostrou força contra o desmatamento e a expulsão das famílias, organizando os empates, que eram formas de resistência pacífica contra o corte das árvores da floresta.

Chico Mendes, que fora de Xapuri para Brasileia, tornara-se secretário-geral da entidade e braço direito de Wilsão, fortalecendo o Sindicato, que só veio a existir por conta da coragem e da persistência de Valdiza Alencar, a 'Mulher do Sindicato'".

Nota da Redação: Desde então, lideranças históricas, como Leide Aquino e Júlia Feitoza Dias, somam esforços com jovens lideranças como Ângela Mendes, filha de Chico, em defesa dos povos da floresta, em um exemplo que reverbera. Em 2007, o Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS), antes Conselho Nacional dos Seringueiros, criado pelo próprio Chico Mendes, em 1985, estabeleceu a paridade de gênero em todas as suas instâncias de mobilização, ação e direção.

Elson Martins
Jornalista acreano. Como repórter regional de *O Estado de São Paulo*, acompanhou a partir 1975 a primeira fase dos conflitos pela terra no Acre, ajudando a colocar Chico Mendes na mídia local e nacional.

Fotos: Deva Garcia

Estudantes aprendem a reutilizar papel em Oficina de Reciclagem do Sinpro

Do dia 1° ao dia 5 de junho, aconteceu a Semana Nacional do Meio Ambiente. A data foi instituída no Brasil pela Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Decreto nº 86.028, de 27 de maio de 1981, que visa incluir a sociedade na discussão de pautas que tratem sobre preservação do patrimônio natural do país, sendo também um complemento às celebrações do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5.

E para intensificar ainda mais as ações da semana de conscientização, o Sindicato dos Professores no Distrito Federal (Sinpro-DF) realizou uma Oficina de Reciclagem de Papel com estudantes do 5° ano, da Escola Classe (EC) 15, de Taguatinga. A atividade foi realizada na Chácara do Professor, em Brazlândia.

Durante a oficina, os alunos aprenderam, na prática, o processo de fabricação do papel reciclável, compreenderam sobre os riscos do desmatamento para a natureza, e conheceram alternativas sustentáveis de preservação.

O assunto foi abordado tendo em vista que o Brasil é um dos maiores produtores de papel no mundo, gerando um grande impacto no meio ambiente devido ao desmatamento. Um levantamento do Global Forest Watch mostrou que o Brasil foi o país que mais perdeu árvores em 2018 em todo o mundo – aproximadamente 1,3 milhão de hectares de florestas primárias, ou seja, aqueles ambientes que não sofreram nenhuma interferência humana.

Enquanto que na Amazônia Legal, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, apontou que entre agosto de 2018 e março de 2019, a região perdeu 1.974 quilômetros quadrados de florestas, um aumento de 24% em comparação com o mesmo período anterior. Somente a fabricação de uma folha A4 consome 0,013% do tronco de uma árvore de eucalipto.

Levando em consideração os altos índices do uso de papel, é essencial alertar os estudantes e a sociedade sobre o consumo consciente do material. Por exemplo, com a reciclagem de uma tonelada de papel, evita-se o corte de 20 a 30 árvores adultas, além de economizar até 80% de energia. Também é possível economizar água. Na produção de cada tonelada de papel novo são gastos 100 mil litros de água, enquanto que na fabricação de papel reciclado este valor cai para 2 mil de litros por tonelada.

Para a coordenadora pedagógica da EC 15, Dulce Melo, a proposta da oficina complementou e intensificou ainda mais a vivencia com questões ambientais que os alunos já possuíam, por meio de projetos desenvolvidos na escola. "Aqui, os estudantes aprenderam, na prática, a importância de proteger o meio ambiente, da diversidade, do reaproveitamento de materiais e da construção de espaços ecológicos e sustentáveis. Nossas crianças serão agentes transformadores da sociedade e essa conscientização começa pela disseminação dos conhecimentos adquiridos. Hoje, por exemplo, reutilizamos restos de papel da nossa escola para fazermos livrinhos, cartões, papel de carta e muito mais", explica.

Já a estudante Giovana Ilidia, de 11 anos, conta, animada, um pouco sobre sua experiência na Oficina de Reciclagem. "É importante preservar o meio ambiente e fazer a reciclagem de papéis. Nós aprendemos a fazer coleta seletiva do lixo e separar os materiais que podem ser reciclados além do papel como, metal, vidro e plástico. Agora, muitos colegas não jogam mais lixo no chão, e eu compartilho isso com todos familiares e amigos", concluiu.

A estudante Giovana ao lado das molduras utilizadas na reciclagem do papel

O processo de reciclagem começa com o corte do papel em pequenos pedaços. Em seguida, o papel é batido no liquidificador e deixado de molho até virar uma polpa.

SUSTENTABILIDADE

O RESPEITO É TUDO

Leonardo Boff

Uma das chagas mais sofridas no mundo, e também entre nós, é seguramente a falta de respeito.

O respeito exige, em primeiro lugar, reconhecer o outro como outro, diferente de nós. Respeitá-lo significa dizer que ele tem direito de existir e de ser aceito assim como é. Essa atitude não convive com a intolerância que expressa a rejeição do outro e de seu modo de ser.

Assim um homoafetivo ou alguém de outra condição sexual como os da comunidade LGBT não devem ser discriminados, mas respeitados, primeiramente, por serem pessoas humanas, portadoras de algo sagrado e intocável: uma dignidade intrínseca a todo ser com inteligência, sentimento e amorosidade; em seguida, garantir-lhe o direito de ser como é e de viver sua condição sexual, racial ou religiosa.

Com acerto, disseram os bispos do mundo inteiro reunidos em Roma, no Concílio Vaticano II (1962-1965) em um dos mais belos documentos "Alegria e Esperança" (*Gaudium et Spes*): "Cada um respeite o próximo como 'outro eu', sem excetuar nenhum" (n.27).

Em segundo lugar, o reconhecimento do outro implica ver nele um valor em si mesmo, pois ao existir comparece como único e irrepetível no Universo e expressa algo do Ser, daquela Fonte Originária de energia e de virtualidades ilimitadas de onde todos procedem (a Energia de Fundo do Universo, a melhor metáfora do que Deus significa).

Cada um carrega um pouco do mistério do mundo, do qual é parte. Por isso entre mim e o outro se estabelece um limite que não pode ser transgredido: a sacralidade de cada ser humano, no fundo, de cada ser, pois tudo o que existe e vive merece existir e viver.

O budismo, que não se apresenta como uma fé, mas como uma sabedoria, ensina respeitar a cada ser, especialmente aquele que sofre (a compaixão). A sabedoria cotidiana expressa no *Feng Shui* integra e respeita todos os elementos, os ventos, as águas, os solos, os vários espaços. Semelhantemente, o hinduísmo prega o respeito como a não-violência ativa (*ahimsa*) que encontrou em Gandhi seu arquétipo referencial.

O cristianismo conhece a figura de São Francisco de Assis que respeitava cada ser, desde a minhoca do caminho, a abelha perdida no inverno em busca de alimento, a plantinha silvestre que o Papa Francisco em sua encíclica "sobre o cuidado da Casa Comum", citando São Francisco, manda respeitar porque, a seu modo, também louva a Deus (n.12).

Os bispos, no documento acima referido, alargam o espaço do respeito afirmando: "O respeito deve se estender àqueles que em assuntos sociais, políticos e mesmo religiosos, pensam e agem de maneira diferente da nossa" (n.28). Como tal apelo é atual para a nossa situação brasileira, atravessada de intolerância religiosa (invasão de terreiros do candomblé), intolerância política com apelativos desrespeitosos a pessoas e a atores sociais ou de outra leitura da realidade histórica.

Temos assistido a cenas de grande falta de respeito por parte de alunos contra professoras e professores, usando de violência física além da simbólica com nomes que sequer podemos escrever. Muitos se perguntam: que mães tiveram aqueles alunos? A pergunta correta é outra: que pais tiveram eles?

Cabe ao pai a missão, por vezes onerosa, de ensinar o respeito, impor limites e repassar valores pessoais e sociais sem os quais uma sociedade deixa de ser civilizada. Atualmente, com o eclipse da figura do pai, surgem setores de uma sem pai e por isso sem o sentido dos limites e do respeito. A consequência é o recurso fácil à violência até letal para resolver desavenças pessoais como, não raro, se tem visto.

Armar a população como pretende o atual Presidente, além de ser irresponsável, só favorece a falta perigosa de respeito e o aumento da ruptura de todos os limites.

Por fim, uma das maiores expressões de falta de respeito é para com a Mãe Terra, com seus ecossistemas superexplorados, com o espantoso desflorestamento da Amazônia e com a excessiva utilização de agrotóxicos que envenenam solos, águas e ares. Essa falta de respeito ecológico nos poderá surpreender com graves consequências para a vida, a biodiversidade e o nosso futuro como civilização e como espécie.

Leonardo Boff
Eco-teólogo, filósofo e escritor, escreveu entre tantos *Como cuidar da Casa Comum*, Vozes 2018.

RRF EM GOIÁS:
NÃO QUEREMOS PREJUÍZOS PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA

Bia de Lima

Regime de Recuperação Fiscal (RRF) aprovado no Estado por 36 meses

Fotos: Acervo Sintego

O plenário da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) aprovou, em definitivo, a matéria que autoriza a entrada do Estado no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), do Governo Federal, que viabiliza auxílio fiscal aos estados em situação de calamidade financeira. O prazo do RRF é de 36 meses, podendo ser prorrogado, se necessário, por período que não deve ultrapassar o originalmente fixado.

Por meio do RRF, o Estado ganha redução temporária no pagamento das dívidas com a União. No entanto, precisa adotar medidas de ajustes fiscais, como privatizações, proibição de contratação e de reajustes salariais, o que atinge em cheio a Educação.

De forma não declarada para se adequar à medida, o governo de Ronaldo Caiado quer penalizar a Educação estadual, reduzindo os recursos destinados exclusivamente para a pasta. Tramita na Alego, como Emenda Constitucional, apresentada pelo líder do Governo na Casa, deputado Bruno Peixoto (MDB), a proposta que reduz o percentual constitucional de 25% com a Educação Básica obrigatória e busca universalizar o Ensino Médio, na medida em que incluiria a Universidade Estadual de Goiás (UEG), passando assim a contabilizar repasses do ensino superior nos 25% da Educação.

Atualmente, a Constituição Estadual estabelece obrigação de aplicar 27% da arrecadação do Estado nas duas áreas, sendo 2% para a UEG e 25% para a Educação Básica. O sindicato deseja o melhor para a UEG, mas não pode concordar que o dinheiro da Educação Básica seja usado no custeio do Ensino Superior.

Os recursos destinados à pasta já não são suficientes para garantir a qualidade social almejada para a Educação Básica e, caso se retire o montante para a UEG, a situação irá dificultar para todos. O Estado usa disso como estratégia para diminuir ainda mais os recursos para a Educação Básica. As vinculações já não têm sido cumpridas corretamente nos últimos tempos e ainda querem tirar mais? Nós não queremos contabilizar mais prejuízos!

Para além dessas mudanças, o governo estadual segue descumprindo o cronograma de pagamentos estabelecido para a folha de dezembro/2018, que não foi concluída até o momento, um absurdo! Um dos argumentos do Governo para aprovar o escalonamento desse salário foi a remuneração dentro do mês trabalhado, o que também não está sendo cumprido. Com a aprovação da RRF e, consequentemente, redução dos recursos, como ficará o pagamento dos/as servidores/as estaduais daqui para a frente?

O SINTEGO sabe das dificuldades da UEG, se coloca à disposição para a luta na garantia dos recursos já existentes, no entanto, segue na luta pelo pagamento dos salários de forma correta e pela manutenção dos 25% na Educação Básica, para que seja plenamente de qualidade social, laica e gratuita para todos/as!

#SintegoNaLuta

#PelaEducaçãoPúblicadeQualidade

Bia de Lima
Educadora. Presidenta do Sintego.

SINTEGO
GENTE QUE TRABALHA A EDUCAÇÃO
SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DE GOIÁS
filiado à
CUT BRASIL CNTE

SINTEGO 30 ANOS 1988 - 2018

JUANA AZURDUY:

MARISCAL, GENERALA, TENENTE-CORONELA, FLOR DO ALTO PERU

Iêda Vilas Bôas

"Juana Azurduy
Flor del Alto Perú
No hay outro capitán
Más valiente que tu (...)"

Mercedes Sosa

Imaginem uma mulher, dentro de uma gruta, com espada em punho, acuada e lutando contra dúzias de soldados para proteger duas pequenas meninas enrodilhadas em sua cintura. Essa valente mulher rompe o cerco e consegue garantir a sobrevivência de suas pequeninas e a sua própria. É sob a égide dessa extrema força e valentia que apresento a vocês essa heroína guerrilheira

Juana Azurduy Bermúdez nasceu em 12 de julho de 1780, num pequeno povoado da região de Potosí, pertencente ao vice-reinado do Alto Peru, que hoje passou a incorporar a Bolívia e pedaço da Argentina, Uruguai e Paraguai.

Era filha de um rico fazendeiro espanhol com uma nativa indígena. Juana teve uma infância feliz e livre, em contato com a cultura materna. Por outro lado, o pai espanhol cuidou de educá-la em sua adolescência, de acordo com seus costumes e posses, enviando a jovenzinha para os melhores colégios de freiras.

Apesar dos papéis de gênero conservadores e católicos da sociedade colonial, seu pai Don Matías ensinou a mocinha a se tornar uma cavaleira habilidosa e exímia atiradora. Ela acompanhava o pai no trabalho de lavrar a terra ao lado de trabalhadores indígenas.

Era fluente em espanhol, em quíchua e aimará, as línguas dos povos indígenas locais. Ficou órfã na juventude e decidiu que se tornaria freira, mas a rebeldia nata e espírito livre que habitavam naquele corpo de *chola*, de uma mestiça, fez com que, aos 17 anos, fosse expulsa do convento.

A moça viu-se só e enfrentou muitos preconceitos e problemas familiares. Uma tia sua tentava apropriar-se de sua herança. Venceu um a um, todos os desafios. Decidiu que seria para sempre solteira e iria cuidar da fazenda e dos bens que seu pai lhe deixara.

Aos 25 anos de idade apaixonou-se pelo vizinho e amigo de infância, seu grande companheiro e amor Manuel Ascencio Padilha, e com ele se casou. Manuel também possuía os mesmos ideais libertários e quando, em 1805, explodiu a revolução na região de Chuquisaca, local situado ao sul da Bolívia, os dois tomaram lado junto aos rebeldes e pegaram em armas dispostos a matar ou morrer.

Na ocasião, os rebeldes revolucionários foram vencidos e as cabeças de Juana e Manuel foram colocadas a prêmio. Destemidos e corajosos, continuaram na luta e seguiram para Buenos Aires alistando-se no Exército Auxiliar do Norte para combater os realistas. Juana já tinha quatro filhos e estava na luta armada.

O ano era 1811 quando o exército espanhol avançou pelo Peru. Juana e seus filhos foram presos e seu esposo conseguiu fugir. Dias depois, Manuel, através de um plano estratégico conseguiu resgatar Juana e os filhos.

Em 1812 Manuel e Juana estavam integrados às tropas de Manuel Belgrano, herói da independência política argentina (foi um economista, político, advogado e militar).

De imediato, o General Belgrano reconheceu a valentia e liderança de Juana e a destacou frente aos pelotões. Ela contava com mais dez mil companheiros sob sua ascendência. Foi sob o comando de Juana Azurduy que esse exército obteve vitória no ataque ao Cerro de Potosí em 1816.

A partir de então, foi elevada ao posto de Tenente-coronela. Essa mulher altaneira foi chamada de "Sol do Alto Peru" e conhecida por seu forte apoio e liderança militar aos povos indígenas do Alto Peru.

Ao todo teve seis filhos e cinco os perdeu nas batalhas pela liberdade. Duas das filhas nasceram no fragor da guerra por fome, sede e agruras mais. Apenas uma sobreviveu.

Na batalha de La Laguna, ela foi ferida gravemente e seu marido, na tentativa de resgatá-la, foi morto e sua cabeça decapitada exposta em praça pública. Através de um contra-ataque, Azurduy conseguiu recuperar a cabeça e o corpo de seu marido.

A Coronela Azurduy foi uma das maiores expressões da luta pela independência nos campos da Bolívia e da Argentina e morreu como indigente no dia 25 de maio de 1862, aos 80 anos de idade. Foi enterrada em uma vala comum e somente 100 anos mais tarde seus restos foram levados para um mausoléu erguido em sua homenagem na sua cidade de Sucre.

Ela passou muitos anos pedindo esmolas na cidade de Salta, seu patrimônio foi confiscado. Perdeu até mesmo a pensão que ganhava como coronela, que lhe foi tirada em 1857 pelo governo.

Ao encontrá-la em condição de miséria, em 1825, o grande libertador Simón Bolívar reconheceu que Juana era uma heroína da independência e concedeu-lhe o grau de coronela. E, ainda, bradou envergonhado:*"Esse país não deveria chamar-se Bolívia em minha homenagem, mas sim Padilha ou Azurduy, porque foram eles que o fizeram livre"*. Com a morte de Bolívar também foi enterrado o sonho da Pátria Grande.

Em homenagem póstuma, ela foi nomeada Heroína Nacional da Bolívia em 1962. A ex-presidenta da Argentina, Cristina Kirchner, no ano de 2009, outorgou a Juana o posto de Generala do exército argentino e expôs o famoso sabre com o qual Juana esgrimiu e enfrentou os inimigos da independência.

Em 2015, Evo Morales, presidente da Bolívia, deu de presente à Argentina uma gigantesca estátua, em bronze, da valente guerreira. Na Bolívia, Juana recebeu o título de Mariscala do Estado Plurinacional e foi declarada como Libertadora da Bolívia. Azurduy foi a primeira mulher a receber a patente de Marechal na América Latina.

Iêda Vilas-Boas
Escritora

Ou você reage agora ou não vai poder se aposentar depois.

Que reforma é essa, Bolsonaro?

Conheça a verdade sobre a Reforma da Previdência.

Diferente do que você já deve ter ouvido, a Reforma da Previdência não vai acabar com os privilégios nem melhorar a economia. Ao contrário: essa reforma vai aumentar a desigualdade no Brasil. Sabe quem vai pagar a conta? Os trabalhadores da cidade e do campo, as mulheres, os servidores e as famílias que recebem até 2 salários mínimos. Agora é hora de se informar e de reagir pela sua aposentadoria.

Acesse
reformadaprevidenciabrasil.com.br
e compartilhe a verdade.

APOIO:

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação
www.cnte.org.br

CAMPANHA XAPURI
ASSINATURA SOLIDÁRIA

ASSINE A XAPURI E GANHE, AGORA, UMA LINDA CAMISETA DA RESISTÊNCIA,
COM FRETE GRÁTIS PARA QUALQUER LUGAR DO BRASIL.

PRA XAPURI ACONTECER, NÓS PRECISAMOS DE VOCÊ.
VEM COM A GENTE!

REVISTA IMPRESSA

ANUAL R$ **190**,00 12 EDIÇÕES

BIANUAL R$ **290**,00 24 EDIÇÕES

ASSINE JÁ! **WWW.XAPURI.INFO/ASSINE**